



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2025**

<b>Pregão Eletrônico:</b> nº 90004/2026	<b>Data de Abertura:</b> 14/05/2026 <b>Hora:</b> 9:00h (Horário de Brasília) <b>Local:</b> www.comprasnet.gov.br
<b>Processo Administrativo:</b> E - 2024/670815	
<b>Valor Total Estimado:</b> R\$2.456.666,67 (dois milhões quatrocentos cinquenta seis mil seiscentos sessenta seis reais e sessenta sete centavos).	
<b>Pregoeiro:</b> Alexandre José Leite Cruz	
<b>QUADRO RESUMO</b>	
<b>PROMOTOR</b>	ESTADO DO PARÁ   POLICIA CIVIL CNPJ: 00.368.105/0001-06
<b>OBJETO</b>	Aquisição de Unidade Móvel montada em veículo automotor zero km, tipo caminhão baú (chassi, implemento - infraestrutura móvel com um avanço lateral), incluindo o fornecimento e instalação de seus equipamentos e acessórios, inclusive garantia.
<b>MODO DE DISPUTA</b>	Aberto
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>	Menor Preço Global
<b>REAJUSTE</b>	Sim, de acordo com o art. 111, da Lei 14.133/2021.
<b>PAGAMENTO</b>	Forma: Ordem Bancária. Prazo: 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.
<b>LIC EXCLUSIVA ME/EPP?</b>	Não
<b>INTERVALO DE LANCES</b>	R\$100,00 (Cem reais)
<b>ORÇAMENTO</b>	Gestão/Unidade:40101; Programa de Trabalho:06.422.1500.8212; Elemento de Despesa:449052;Fonte de Recursos02706311068; Plano Interno:24EMF226305.
<b>Garantia Contratual</b>	5% (cinco por cento) do valor do contrato.

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



**SUMÁRIO**

**CLÁUSULA 1**

Promotor do Pregão

**CLAUSULA 2**

Fundamentação Legal

**CLAUSULA 3**

Objeto

**CLÁUSULA 4**

Condições para participar da licitação

**CLAUSULA 5**

Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação

**CLÁUSULA 6**

Preenchimento da Proposta

**CLÁUSULA 7**

Abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

**CLÁUSULA 8**

Julgamento das Propostas

**CLÁUSULA 9**

Habilitação

**CLÁUSULA 10**

Adjudicação e Homologação

**CLÁUSULA 11**

Recursos

**CLÁUSULA 12**

Infrações e Sanções Administrativas

**CLÁUSULA 13**

Impugnação ao Edital

**CLÁUSULA 14**

Disposições Finais

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

2 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



**CLÁUSULA 1**

1.1. O promotor deste pregão é o **Estado do Pará**, por intermédio da **POLICIA CIVIL**, CNPJ nº 00.368.105/0001-06, com sede na Av. Magalhaes Barata, nº 209, Bairro Nazaré, na cidade de Belém/PA, neste ato representado pelo Delegado Geral, **Sr. RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JUNIOR**, nomeado através de Decreto publicado no Diário Oficial do Estado nº 36.183, de 02 de abril de 2025.

**CLÁUSULA 2**

2.1. A presente licitação será realizada por meio de pregão eletrônico e observará a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Estadual nº 2.940/23, Lei Complementar Federal nº 123/06, demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

**CLÁUSULA 3**

3.1. O objeto desta licitação é Aquisição de 01 (uma) Unidade Móvel montada em veículo automotor zero km, tipo caminhão baú (chassi, implemento - infraestrutura móvel com um avanço lateral), incluindo o fornecimento e instalação de seus equipamentos e acessórios, inclusive garantia para utilização em atividades e ações itinerantes de emissões de carteira de identidade civil realizada pela Polícia Civil por meio da Diretoria de Identificação "Enéas Martins" - DIDEM-PA, nos municípios doo Estado do Pará.

3.2. O objeto a ser licitado é o descrito no TR:

Item	Descrição	Und	Qtd	Preço Unit. Mensal Estimado*	Preço Total Estimado*
01	Unidade Móvel montada em veículo automotor zero km, tipo caminhão baú (chassi, implemento - infraestrutura móvel com um avanço lateral), incluindo o fornecimento e instalação de seus equipamentos e acessórios.	Und	01	R\$2.456.666,67	R\$2.456.666,67
<b>VALOR GLOBAL ESTIMADO</b>					<b>R\$2.456.666,67</b>

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

3 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



\*Valor de acordo com o Mapa de Pesquisa de Preços de 23 de setembro de 2025.

3.3. A licitação observará o seguinte:

3.3.1. Item único, conforme tabela constante no TR, devendo o licitante registrar no sistema Comprasnet o **valor total do item**;

3.3.2. Na apresentação da proposta, do licitante vencedor, deverá informar o valor por item e o valor total, conforme o Anexo III.

#### **CLÁUSULA 4**

4.1 Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2 O licitante se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do promotor por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

4.3 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item 4.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

4.4 A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no item 4.1 poderá motivar a inabilitação do licitante por descumprimento do dever constante no item anterior.

4.5. Será concedido tratamento favorecido para as MEs, EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e na Lei Estadual nº 8.417/16.

4.6 Não poderão disputar esta licitação:

- a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- b) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

4 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



- c) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si;
- g) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;
- h) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

4.7 É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou na execução do contrato.

4.8 Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

4.9 O impedimento de que trata a alínea d do item 4.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.10 Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas b e c do item

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

5 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



4.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.11 As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.

4.12 O disposto nas alíneas b e c do item 4.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.

4.13 A proibição do item 4.7 também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **CLAUSULA 5**

5.1 A licitação terá as seguintes fases:



5.2 Os licitantes encaminharão por meio do sistema eletrônico as suas propostas com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.

5.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará em campo próprio que:

a) Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



- b) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- c) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- d) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- e) Se o licitante for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4 As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente, que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4.1 Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “não” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;

5.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “não” apenas impedirá que o licitante se beneficie do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

5.5 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.5.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.5.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.5.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

7 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



5.5.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.5.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.5.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.5.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.5.10 constituída sob a forma de sociedade por ações;

5.5.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.6 A realização de declarações falsas nos itens 5.3 e 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

5.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

5.9 Os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

5.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:





**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



a) A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

b) Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo proibido:

a) A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

b) A inserção de percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.10 será sigiloso para os demais licitantes e para o promotor, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.

5.13 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

5.14 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **CLÁUSULA 6**

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

a) Valor total do item.

b) Marca.

c) Fabricante.

d) Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do TR.

6.2 O licitante está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



6.3 Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do licitante e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do item 7.8.

6.5 Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.6 A apresentação das propostas obriga cumprir o que nelas estão contidas e em conformidade com o TR.

6.7 Em virtude do compromisso previsto no item 6.6, o licitante que apresenta proposta está obrigado a executar o objeto licitado nos termos da proposta, bem como de fornecer os materiais, serviços, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidades e qualidades adequadas à execução contratual, promovendo sua substituição, quando requerido.

6.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:

- a) Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- b) Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.10. O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

- a) Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



b) Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**CLÁUSULA 7**

7.1 A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

7.3 Iniciada a fase de lances, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.4 O lance deverá ser ofertado do seguinte modo:

***7.4.1. O licitante deverá apresentar em seu lance o menor valor global para para o item a ser licitado, considerando o quantitativo e as especificações contidas no Anexo II - Termo de Referência e Anexo - A.***

7.5 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

7.6 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.

***7.7 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances ofertados pelos licitantes será de R\$ 100,00 (cem reais).***

7.8 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

***7.9 O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma: ABERTO***

7.9.1. No modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



7.9.2.A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos da sessão pública.

7.9.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.9.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.9.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.9.6. Após o reinício previsto na alínea anterior, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.10 Após o término dos prazos estabelecidos no item 7.9, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.11 Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

7.12 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.13 No caso de desconexão com o pregoeiro durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.14 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo pregoeiro aos licitantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.15 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.16 Em relação a itens não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

7.16.1 Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

7.16.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

7.16.3 Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

7.16.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.

7.16.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.17 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.18 Havendo empate entre propostas ou lances, deverão ser utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

**1) Disputa Final**

**2) Avaliação De Desempenho Contratual**

**3) Desenvolvimento De Ações De Equidade Entre Homens e Mulheres No Ambiente De Trabalho**

**4) Desenvolvimento De Programa De Integridade**

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

13 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



7.18.1 Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:

- 1) Empresas estabelecidas no Território do Pará;**
- 2) Empresas Brasileiras**
- 3) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.**
- 4) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal 12.187/09**

7.19 Esgotados os critérios de desempate de que tratam os itens 7.18 e 7.18.1, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.20 Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.

7.21 Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

7.22 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**7.24 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

7.25 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

7.26 Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **CLÁUSULA 8**

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

14 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



8.1 Encerrada a negociação do preço, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**SICAF;**

**Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União** (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União** (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante e no nome e no CPF de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

8.3 Caso a consulta mostre ocorrências impeditivas indiretas, o pregoeiro verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento:

- a) A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;
- b) O licitante será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;
- c) Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o licitante será julgado inabilitado.

8.4 Na hipótese de inversão de fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o pregoeiro verificará se ele faz jus ao benefício, em conformidade com este Edital.

8.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

15 de 82





**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



8.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) Contiver vícios que não possam ser sanados;
- b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- e) Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.

8.8 É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela administração, devendo o pregoeiro investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

- a) Verificação se o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada.

8.9 Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas a e b do item anterior autoriza a constatação da inexequibilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

8.10 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições dos itens 8.8 e 8.9, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- a) Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- b) No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- c) No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- d) Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

16 de 82





**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



8.11 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o licitante poderá ser notificado para comprovar a exequibilidade da proposta.

8.12 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha de custos e formação de preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em 1º lugar será convocado para apresentar planilha elaborada por ele com os valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global e empreitada integral, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.13 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a corrigir erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

8.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15 Caso o TR exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em 1º lugar deverá apresentá-la conforme ali descrito, sob pena de não aceitação da proposta.



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



8.16 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença é aberta a todos os licitantes e interessados.

8.17 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18 A proposta do licitante será recusada nos seguintes casos:

- a) Não entrega ou entrega atrasada da amostra, sem que tenha havido justificativa aceita pelo pregoeiro; ou
- b) Entrega no prazo, mas fora das especificações previstas no TR.

8.19 Se a amostra apresentada pelo 1º classificado não for aceita, o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo 2º classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no TR.

#### **CLÁUSULA 9**

9.1 Os documentos previstos no TR serão exigidos para habilitação do licitante.

9.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.4 Se o licitante vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.5 Em caso de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o TR exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de [inserir



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



um percentual 10% a 30%, salvo se houver justificativa no processo para não haver esse acréscimo] para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.6. Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia enviada por meio eletrônico.

9.7 Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

9.8 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.9 Será verificado se o licitante apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.

9.10 O licitante deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

9.11 Caso o TR preveja a realização de vistoria, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização da vistoria prévia.

9.11.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado nas condições previstas no Termo de Referência, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.11.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

9.12 A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

9.12.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

19 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



9.13 A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo pregoeiro constitui prova para fins de habilitação.

9.14 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.15 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.16 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:

- a) Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo licitante e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.17 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18 Se o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no item 9.14.

9.19 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação.

9.20 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

## **CLÁUSULA 10**

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



10.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

**CLÁUSULA 11**

11.1. A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de licitantes, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.

11.2. O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante, deve-se observar o seguinte:

- a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; e
- b) O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:

- a) Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis; ou
- b) Encaminhar o recurso, no prazo de 3 dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidi-lo no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

21 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



11.10. Os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados por meio do Portal COMPRASPARA.PA.GOV.BR

**CLAUSULA 12**

12.1 Constituem infrações administrativas do licitante a serem punidas com as seguintes sanções:

<b>Infração</b>	<b>Penalidade</b>
a) Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;  b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando: 1) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação; 2) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; 3) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; 4) Deixar de apresentar amostra; 5) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; c) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;	<p style="text-align: center;">Multa</p> <p style="text-align: center;">10% do valor do contrato licitado.</p> <p style="text-align: center;">e</p> <p style="text-align: center;">Impedimento de licitar e contratar*</p> <p style="text-align: center;">* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “Declaração de inidoneidade para licitar e contratar”.</p>
d. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração; e. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação; f. Fraudar a licitação; g. Comportar-se de modo inidôneo ou	<p style="text-align: center;">Multa</p> <p style="text-align: center;">20% do valor do contrato licitado.</p> <p style="text-align: center;">e</p> <p style="text-align: center;">Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</p>

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

22 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1. Agir em conluio ou contra a lei;
2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

12.2 As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do licitante ou adjudicatário.

12.3. As sanções previstas no item 12.1 não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

12.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) As peculiaridades do caso concreto.
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.5 A multa será de 20% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.6 As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

12.7 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.8 A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.

12.9 A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

23 de 82





**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



12.10 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na alínea c do item 12.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do promotor.

12.11 A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12 Da aplicação das sanções multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis observado o seguinte:

- a) O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;
- b) O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.13 Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá a pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

12.14 O recurso a que se refere o item 12.12 deverá ser decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.

12.15 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

12.16 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **CLÁUSULA 13**

13.1 Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

24 de 82





**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



13.2 A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

13.3 A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4 A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, por meio do e-mail [pregaopcpa@gmail.com](mailto:pregaopcpa@gmail.com).

13.5 As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

13.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Decreto Estadual nº 2.940, de 2023.

#### **CLÁUSULA 14**

14.1 A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



14.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

14.8 Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

14.11 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal ComprasPará.

14.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Documentos de Habilitação

ANEXO II - Termo de Referência

Anexo A - Especificação do Veículo e Equipamentos Incorporados e Embarcados – Tipo Caminhão

ANEXO III - Planilha da Proposta

ANEXO IV – Minuta de Contrato

**RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JÚNIOR**

Delegado-Geral

**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

26 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



**ANEXO I -**

**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ART. 62, LEI 14.133/21)**

**I - Jurídica**

- a. Registro comercial, para empresa individual;
- b. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, bem como suas alterações, devidamente registrado, para as sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleições de seus administradores;
- c. Inscrição do ato constitutivo, devidamente registrado, acompanhada de prova da diretoria em exercício, para as sociedades civis e demais entidades;
- d. A empresa ou sociedade estrangeira, em funcionamento no País, deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**II - Técnica:**

- 1. Apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica (declaração ou certidão), em papel timbrado do emitente, em original ou cópia autenticada, comprovando o fornecimento de unidade(s) móvel(is) pertinente(s) e compatível(is) em características com o objeto licitado, emitido(s) por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, comprovando que o licitante executou.
- 2. Demais documentos solicitados no Termo de Referência, no item “Requisitos da Contratada” e no Anexo “A”;

**III- Fiscal, Social e Trabalhista;**

- a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, de acordo com a Lei nº. 12.440, de 07 de julho de 2011, comprovadas no sítio [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao), quanto a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

**IV- Econômico-Financeira**

- a) Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentadas na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.
- b) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor do juízo da sede da pessoa jurídica.

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

[pregaopcpa@gmail.com](mailto:pregaopcpa@gmail.com)

AJLC

28 de 82



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
SETOR DE LICITAÇÃO



ANEXO II  
TERMO DE REFERÊNCIA DE BENS COMUNS  
PAE nº 2024/670815

Aquisição de UNIDADE MÓVEL DE ATENDIMENTO montada em veículo automotor zero km tipo caminhão baú, para utilização em atividades e ações itinerantes de emissões de carteira de identidade civil realizada pela Polícia Civil, por meio da Diretoria de Identificação "Enéas Martins" – DIDEM/PC-PA nos municípios do Estado do Pará.

O QUE SERÁ CONTRATADO?						
Item	Descrição	Código SIMAS	Und	Qtd	Valor Unitário Estimado**	Total**
1	Aquisição de 1 (uma) UNIDADE MÓVEL ATENDIMENTO montada em veículo automotor zero km tipo caminhão baú (chassi, implemento e equipamentos - Infraestrutura Móvel com um avanço lateral), incluindo o fornecimento e instalação de seus equipamentos e acessórios, inclusive garantia.	xx	Und	01	R\$2.456.666,62	R\$2.456.666,62
			VALOR GLOBAL ESTIMADO**			R\$2.456.666,62
JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO EM LOTES*						
Por se tratar de solução em Unidade Móvel completa conforme componentes relacionados nos Anexos, não há viabilidade de parcelar o objeto do contrato, não podendo haver divisibilidade, com arrimo no princípio da economicidade.						
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO						
QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?	Atendimento à população do Estado do Pará, e pessoas em situação de vulnerabilidade social, tendo como principal objetivo levar acesso aos serviços para o exercício da cidadania, como a emissão de carteira de identidade civil, colaborando para o enfrentamento de problemas de alienação social como					



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



	<p>consequência da negação e desrespeito aos direitos e baixa efetividade das políticas públicas, fitando na melhoria de acesso aos direitos individuais e coletivos, voltada para a população carente e mais distantes dos serviços público, através da aquisição de equipamento que possa viabilizar e assegurar com efetiva qualidade a prestação dos serviços.</p> <p>Diante da demanda de atendimento atual desta DIDEM/PC-PA e previsão de ampliação de atendimento com peculiaridades da nova sistemática de emissão de identidade civil, estima-se que com esse processo, haverá necessidade de adquirir no mínimo 01 (uma) unidade móvel atendimento montada em veículo automotor zero km tipo caminhão baú, conforme descritas neste.</p>
<b>NATUREZA DO BEM</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> Comum.	
<b>PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO BEM</b>	
<b>HAVERÁ PROVA DE QUALIDADE?</b>	<p><b>Justificativa:</b> Deverá ser comprovada por certificação de instituições credenciadas pelo CONMETRO;</p> <p><b>b.</b> Comprovar que a empresa licitante possui CAT– Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito emitido pelo DENATRAN, acompanhado do CCT– Certificado de Capacitação Técnica emitido pelo INMETRO, comprovando ser o licitante fabricante de baús do tipo carroceria fechada. O CCT– Certificado de Capacitação Técnica, deverá estar dentro do prazo de validade;</p> <p><b>c.</b> Demais comprovações constantes no “ANEXO A”, deste Termo.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<b>O EDITAL EXIGIRÁ AMOSTRA?</b>	<p><input type="checkbox"/> Sim      <b>Justificativa:</b> Não se aplica.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903  
pregaopcpa@gmail.com

(91) 98568-2314

AJLC

30 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



<b>HAVERÁ GARANTIA DO BEM?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <b>Justificativa:</b> A contratada deverá prestar garantia dos bem indicado no item 1, por no mínimo 12 (doze) meses, a partir do seu recebimento pela contratante, sendo: <ul style="list-style-type: none"><li>a. Garantia do fabricante, mínima de 01 (um) ano para motor e câmbio;</li><li>b. Garantia, mínima, de 02 (dois) anos para o baú e adaptações;</li><li>c. Garantia, mínima, de 01 (um) anos para os sistemas elétricos, hidráulicos, climatização, luminotécnica e lógica, bem como o projeto "AS Builts";</li><li>d. Garantia de 05 (cinco) anos no caso dos LEDs, o fornecedor deve garantir peça de reposição</li></ul> <input type="checkbox"/> Não
<b>HAVERÁ ASSISTÊNCIA TÉCNICA?</b>	<b>Justificativa:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>a. A contratada prestará assistência técnica em relação ao bem indicado no item 1, durante 12 meses, a partir do seu recebimento pela contratante, por meios próprios, sem custo para a administração pública.</li><li>b. Disponibilizar todas as peças de reposição, originais ou genuínas, necessárias à manutenção do veículo, sem custo para a administração pública.</li><li>c. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive aquelas com deslocamento dos técnicos, socorro mecânico, reboque, enquanto perdurar a vigência da garantia oferecida pela contratada de acordo com o manual de garantia do fabricante.</li><li>d. Dispor de Assistência Técnica, no município do CONTRATANTE. Caso não haja assistência técnica nesta localidade, será de responsabilidade da CONTRATADA os custos do transporte de técnicos até o bem, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas e/ou transporte do bem, para a devida reparação/manutenção, devendo o vício ser sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme previstos no artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor, caso o mesmo apresente defeito.</li></ul> <input type="checkbox"/> Não.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	
FORMA DE CONTRATAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Pregão eletrônico.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/> Menor preço.
O ORÇAMENTO	<input type="checkbox"/> Sim. <b>Justificativa:</b> Não se aplica.



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



ESTIMADO É SIGILOSO?	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	
CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA	A proposta observa os <b>valores unitários e global máximos</b> aceitáveis conforme proposta de composição de preços do orçamento estimado pelo proponente.	
HÁ ITENS COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE?	<input type="checkbox"/> Sim. <b>Indicar os itens:</b> (não se aplica). <input checked="" type="checkbox"/> Não.	
<b>REQUISITOS DA CONTRATADA</b>		
SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?	<input checked="" type="checkbox"/> Não. <b>Qual?</b>	
QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS	<input checked="" type="checkbox"/> Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual.	<b>Justificativa:</b> Em atendimento aos imperativos do Art. 67, II da Lei nº 14133/2021.
	<input type="checkbox"/> Registro na entidade profissional competente.	<b>Justificativa:</b>
	<input type="checkbox"/> Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento para o cumprimento da futura obrigação contratual com a comprovação de qualificação técnica de cada membro da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos.	<b>Justificativa:</b>
	<input checked="" type="checkbox"/> Outro previsto em lei especial. <b>Especificar:</b> Apresentação de Atestado de Capacidade técnica.	<b>Justificativa:</b> Em atendimento aos imperativos do Art. 67, II da Lei nº 14133/2021.
	<input type="checkbox"/> Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da baixa complexidade da contratação.	
HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	<b>Especificar:</b> I. Serão admitidas as ofertas de veículo automotores (caminhão truck baú) que atendam aos limites máximo de ruídos fixados nas resoluções CONAMA nº 1 de 11/02/1993, e nº 08/1993, nº 272/2000 e nº 242/1998 e legislação superveniente e correlatas;

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

32 de 82





**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



		II. Serão admitidas as ofertas de veículos automotores (caminhão truck baú) que atendam aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do programa de controle da poluição do ar por veículos automotores – PROCONVE, conforme resoluções do CONAMA nº 18 de 06/05/1986, n 490 de 16/11/2018 e nº 492 de 20/12/2018, e complementações e alteração supervenientes;
	<input type="checkbox"/> Não.	
<b>HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	<p><b>Especificar:</b></p> <p><b>1</b> – Atraso na entrega do bem;</p> <p><b>2</b> – O Bem não estar de acordo com as especificações técnicas;</p> <p><b>4</b> – Demais risco apontados no Mapa de risco;</p> <p><b>3</b> - São obrigações da contratada:</p> <p>i. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;</p> <p>ii. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);</p> <p>iii. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;</p> <p>iv. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;</p> <p>v. Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;</p> <p>vi. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;</p> <p>vii. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;</p> <p>viii. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao</p>

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

33 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



	<p>objeto da licitação, exceto quando houver:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>ix. Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;</li><li>x. Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;</li><li>xi. Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;</li><li>xii. Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:</li><li>xiii. O uso de veículo, equipamentos e acessórios com menor impacto sobre recursos naturais (flora, fauna, solo, água, ar);</li><li>xiv. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;</li><li>xv. O uso de veículo, equipamentos e acessórios com maior eficiência na utilização de recursos naturais, como água e energia;</li><li>xvi. Respeito às normas relativas aos limites de emissão de poluentes estabelecidos pelo PROCONVE P8, especificações exigidas pelo CONTRAN e normas técnicas da ABNT, homologados pelo IBAMA;</li><li>xvii. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).</li><li>xviii. Correrão às expensas da CONTRATADA junto aos órgãos competentes o custo de todos os procedimentos e despesas referente ao emplacamento, confecção da placa, licenciamento e documentação relacionada às Unidades, inclusive trâmite nos órgãos responsáveis pela homologação, conforme o objeto contratado;</li><li>xix. As unidades veiculares/equipamentos deverão ser entregues com o emplacamento e licenciamento em nome do órgão público adquirente, com placas identificatórias devidamente fixadas e lacradas sendo que deverão estar com todas as taxas em conformidade com a lei;</li><li>xx. Entregar juntamente com a Unidade Móvel Policial os originais do Certificado de Registro e Licenciamento do</li></ul>
--	--

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

34 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



		<p>Veículo – CRLV e do Documento Único de Transferência – DUT e quaisquer outras documentações legais que permitam a efetiva utilização do OBJETO adquirido;</p> <p>xxi. Os objetos que comportam a Unidade Móvel Policial deverão ser entregues completo de acordo com as exigências mínimas previstas neste Termo de Referência, com todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo Anexo A, em pleno funcionamento, devidamente emplacado, licenciado no Estado do Pará, com o tanque de combustível cheio (completo) e com o grafismo (plotagem) de acordo com os padrões de identidade visual previamente adotados e aprovados formalmente pela PCPA em reunião de apresentação de projeto, acompanhado ainda de todos os documentos obrigatórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e demais legislações aplicáveis;</p> <p>xxii. A empresa deverá apresentar Certificado de Segurança Veicular (CSV), nos termos da Resolução CONTRAN nº 292/08;</p> <p>xxiii. A modificação deverá respeitar os pesos e capacidades previstos pelo fabricante do veículo utilizado como base, além dos pesos e dimensões previstos na Resolução CONTRAN nº 210/2006, ou sucedâneas;</p> <p>xxiv. Não devem existir equipamentos, acessórios ou objetos soltos dentro do habitáculo da Unidade, que apresentem risco de lesões para os ocupantes;</p> <p>xxv. Em nenhuma hipótese poderá a contratada veicular publicidade acerca do fornecimento do objeto e serviços prestados ao contratante, a não ser que haja prévia e expressa autorização;</p> <p>xxvi. A contratada deverá garantir que as Unidade entregue, bem como os equipamentos instalados e os serviços executados estejam de acordo com as especificações técnicas exigidas, obrigando-se a recuperá-los ou substituí-los quando apresentarem defeito de fabricação, vício oculto ou deficiência de desempenho;</p> <p>xxvii. Os objetos deste Termo de Referência deverão ser novos, de primeiro uso, originais de fábrica, não sendo em hipótese alguma, permitida a oferta de equipamentos resultados de processo de reforma, recondicionamento e/ou remanufaturamento e deverão ser fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor e a legislação pertinente;</p> <p>xxviii. A garantia técnica da Unidade contra vícios ou fato do produto deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses, sem quaisquer ônus adicionais para a contratante, a contar a</p>
--	--	--

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

35 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



		<p>partir da data de início de funcionamento e aceitação do objeto através da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, sendo que toda a manutenção, suporte, garantia e assistência técnica deverá ser exercida no Brasil, pelo próprio fabricante ou por sua rede autorizada com representação no país;</p> <p>xxix. Deverá a contratada comprovar, através de documentação oficial da empresa, a existência de Concessionárias e/ou Oficinas Autorizadas, com instalações físicas localizadas no Estado do Pará e que estejam aptas a prestarem serviços de garantia e manutenção à Unidade;</p> <p>xxx. A contratada deverá prestar assistência técnica na cidade de Belém/PA ou onde for demandada dentro do Estado do Pará, nos casos em que a assistência técnica tiver que ser presencial;</p> <p>xxxi. A garantia técnica implica no conserto e substituição gratuita de quaisquer partes ou peças que apresentarem defeito de material ou mão de obra empregados no processo de fabricação ou que apresentarem comprovada deficiência operacional:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>i) Garantia do fabricante, mínima de 01 (um) ano para motor e câmbio;</li><li>ii) Garantia, mínima, de 02 (dois) anos para o baú e adaptações;</li><li>iii) Garantia, mínima, de 01 (um) anos para os sistemas elétricos, hidráulicos, climatização, luminotécnica e lógica, bem como o projeto "AS Builts";</li><li>iv) Garantia de 05 (cinco) anos no caso dos LEDs, o fornecedor deve garantir peça de reposição;</li></ul> <p>xxxii. Os serviços decorrentes da garantia técnica e transporte da Unidade serão executados sem qualquer ônus adicional para a Polícia Civil do Estado do Pará;</p> <p>xxxiii. Durante o prazo da garantia e com o objetivo de manter os bens em perfeitas condições de uso, o cumprimento da garantia e assistência técnica deverá ser exercido de acordo com os manuais e normas técnicas específicas dos fabricantes;</p> <p>xxxiv. O custo para execução de todos os serviços relativos à assistência técnica durante o prazo de garantia deverá estar incluso no valor total da Proposta Comercial de Preços e os serviços deverão ser executados por empresas autorizadas pela fabricante do veículo e dos equipamentos instalados;</p> <p>xxxv. Durante o período de garantia, a contratada deverá prestar assistência técnica com a correção de defeitos no objeto, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de abertura do chamado pela contratante, salvo em</p>
--	--	--

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

36 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



		<p>situações excepcionais onde o serviço seja complexo e demande mais tempo, caso em que deverá ser justificado junto à PCPA tal necessidade;</p> <p>xxxvi. A substituição de equipamentos, peças e acessórios deverá ser efetuada sempre com produto original novo, genuíno, aprovado, não recondicionado, recomendado e homologado pelo fabricante;</p> <p>xxxvii. A contratada fornecedora deverá oferecer treinamento técnico e operacional da unidade móvel para equipe responsável pela operação da unidade móvel para a operação dos sistemas de controle de fechamento e abertura de porta:</p> <p>i) O treinamento técnico e operacional será ministrado pela contratada, para a contratante, que indicará equipe responsável pela operação da unidade móvel e para a operação dos sistemas de controle de fechamento e abertura de portas.</p> <p>ii) O treinamento técnico deve ser ministrado, para no mínimo 8 (oito) participantes ,com carga horária mínima de 18 horas, que abranja assuntos sobre instalações, configurações e manutenção primeiro nível básicas de responsabilidade da contratante, e demais assuntos pertinentes ao pleno funcionamento do bem adquirido;</p> <p>xxxviii. A contratada deverá, a partir da assinatura do contrato, indicar formalmente representante da empresa com os dados de nome, número do documento de identidade, telefone fixo e móvel e e-mail. Tal profissional servirá de pessoa de ligação entre a contratada e contratante e se responsabilizará por todas as providências solicitadas pela Administração, inerentes ao objeto, durante toda a vigência da garantia.</p> <p>xxxix. É de responsabilidade da contratada a aquisição dos mobiliários e acessórios constantes nos Anexos A;</p> <p>xl. É de responsabilidade da contratada a instalação dos mobiliários e acessórios no implemento, bem como a instalação do implemento no chassi conforme todas as legislações vigentes aplicáveis;</p> <p>xli. A contratada deverá entregar o objeto deste no endereço sede da contratante, juntamente com o objeto do presente Termo de Referência, os certificados de garantia e os respectivos manuais técnicos de funcionamento e operação, escritos em língua portuguesa e disponibilizados em mídia digital. Caso os referidos documentos sejam apresentados em língua estrangeira deverão ser traduzidos para a língua portuguesa. Sendo o endereço: Delegacia Geral de Polícia Civil do Estado do Pará, endereço: Av. Gov</p>
--	--	--

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

37 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



		<p>Magalhães Barata, 209 - Nazaré, Belém - PA, CEP 66.040-170;</p> <p>xl. O veículo deve ter garantia de fábrica (assistência técnica), mínima de 12 (doze) meses, a partir da data de recebimento definitivo do bem, assim como a Contratada deverá fornecer Termo de Garantia, de forma a manter o atendimento em rede autorizada em todas as unidades da federação para solução de eventuais discrepâncias observadas na utilização dos equipamentos e acessórios.</p> <p>xl. Apresentar, expressamente, logo após a emissão da nota de empenho, a relação com nomes das concessionárias responsáveis pela assistência técnica, na cidade de Belém/PA, com os seguintes dados: razão social, CNPJ, endereço com CEP, número de telefone, endereço eletrônico (e-mail), e nome da pessoa responsável para contato.</p> <p>xl. Entregar o veículo, no prazo não superior ao já detalhado neste Termo de Referência.</p> <p>xl. Prestar garantia técnica do veículo cotado, oferecidos pela proponente, cujo prazo não poderá ser inferior ao definido no presente Termo, contado a partir do recebimento definitivo do mesmo.</p> <p>xl. Disponibilizar todas as peças de reposição, originais ou genuínas, necessárias à manutenção do veículo.</p> <p>xl. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive aquelas com deslocamento dos técnicos, socorro mecânico, reboque, enquanto perdurar a vigência da garantia oferecida pela Contratada, de acordo com o manual de garantia do fabricante.</p> <p>xl. Manter-se em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.</p> <p>xl. Em vista da exigência legal de reserva de cargos prevista no inciso IV do artigo 63 da Lei Federal n. 14.133/2021, a licitante deverá realizar tal comprovação para estar regularmente habilitada.</p> <p><b>a.</b> A CONTRATADA deverá apresentar planilha de formação de preços contendo todas as informações de valores unitários assim como a descrição do que compõe a solução, com envio de catálogo/folders (se for o caso) dos itens que irão compor.</p>
	<input type="checkbox"/> Não.	

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

38 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



FORMA DE ENTREGA DO BEM	
COMO O BEM DEVE SER ENTREGUE?	<p><input checked="" type="checkbox"/> O bem deve ser totalmente entregue de uma só vez, conforme Termo de Referência, e conforme a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• O objeto a ser adquirido deverá ser entregue acompanhado da Nota Fiscal com o nome e caracterização clara e precisa da licitante e o endereço de entrega, a qual deverá ocorrer no prazo de até 120 (cento e vinte) dias contados a partir da data do recebimento da nota de empenho pela empresa vencedora da licitação.</li><li>• O Responsável pelo recebimento será a DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO "ENÉAS MARTINS" – DIDEM da Polícia Civil do Estado do Pará.</li><li>• O licitante vencedor compromete-se a entregar o veículo no seguinte local: Delegacia Geral de Polícia Civil do Estado do Pará, Avenida Governador Magalhães Barata, nº 209, Bloco C, Bairro: Nazaré, Belém PA, CEP 66040-170.</li><li>• O prazo de entrega deverá ser de 120 (cento e vinte) dias ininterruptos, a contar do recebimento do comunicado do aceite.</li><li>• O veículo deve ser novo (0 KM), emplacado, e deverá ser entregue, sem ônus de frete para a Polícia Civil do Estado do Pará e acompanhados da respectiva nota fiscal.</li><li>• A empresa vencedora deve efetuar a entrega do veículo em perfeitas condições de uso e funcionamento, conforme proposta apresentada, especificações técnicas e níveis de desempenho mínimos exigidos, dentro do horário de expediente da Polícia Civil do Estado do Pará.</li><li>• A Polícia Civil do Estado do Pará deverá realizar uma vistoria técnica no veículo para conferência da adequação do produto com as exigências do Edital.</li><li>• O recebimento dar-se-á provisoriamente em até 48 (quarenta e oito) horas, após a realização da vistoria técnica, mediante a emissão do Termo de Recebimento Provisório.</li><li>• O recebimento do veículo dar-se-á definitivamente, em até 5 (cinco) dias a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e especificações do veículo e consequente aceitação, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.</li></ul>
LOCAL E HORA DA ENTREGA DO BEM	<p>O prazo de entrega do objeto deve seguir aos critérios estabelecidos abaixo:</p> <p><b>Da Contratada:</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li>a. Da entrega do objeto: o prazo máximo de entrega será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da nota de empenho, podendo ser estendido, com a justificativa que será analisada pelo órgão demandante.</li><li>b. Da reapresentação do objeto recusado: até 60 (sessenta) dias da data de retirada do objeto.</li><li>c. Da retirada do objeto recusado: até 10 (dez) dias, após a comunicação da contratante.</li><li>d. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.</li></ol> <p><b>Da Contratante:</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li>a. Do resultado da análise da conformidade e emissão Termo de</li></ol>

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

39 de 82





**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



	<p>Recebimento e Exame de Material (TREM): até 07 (sete) dias úteis após o recebimento do objeto.</p> <p><b>b.</b> Da comunicação do TREM à contratada: até 07 (sete) dias úteis após a expedição do relatório técnico.</p> <p><b>c.</b> Da solicitação de reapresentação do objeto em desconformidade: até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento do relatório técnico.</p> <p><b>d.</b> Da emissão do termo de aceitação: até 07 (sete) dias úteis após a entrega da verificação de que o objeto se encontra em perfeitas condições de funcionamento e uso.</p> <p><b>e.</b> O bem poderá ser rejeitado no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.</p> <p><b>Local da Entrega:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>A contratada entregará o objeto em parcela única, observando criteriosamente o prazo de entrega definido neste instrumento, conforme estabelecido no local abaixo;</li><li>O objeto deverá ser entregue nas instalações da Delegacia Geral de Polícia Civil do Estado do Pará, Avenida Governador Magalhães Barata, nº 209, Bloco C, Bairro: Nazaré, Belém PA, CEP 66040-170, dentro do horário de expediente compreendido entre 09:00 até 17:00.</li></ul>
<b>PRAZO MÁXIMO DE VALIDADE</b>	Não se aplica.
<b>PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO</b>	
<b>PRAZO DO CONTRATO</b>	<input checked="" type="checkbox"/> 12 meses.
<b>HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21. <input type="checkbox"/> Não.
<b>FORMA DE PAGAMENTO</b>	<b>Meio</b> Ordem bancária.
	<b>Onde?</b> Conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará.
	<b>Qual o prazo?</b> Até <b>30</b> dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.
	<b>Prova da regularidade fiscal</b> A regularidade fiscal pode ser provada: <b>1.</b> Por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante.

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

40 de 82





**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



<b>QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> não se aplica.	5% do valor inicial do contrato
<b>PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA</b>		
<b>DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO</b>	Programa de Trabalho: 06.422.1500.8212 Elemento de Despesa: 449052 Fonte do Recurso: 02706311068	

Belém (PA), 04 de novembro de 2025

**JORGE LUIZ ALMEIDA DO NASCIMENTO**  
Matrícula 5692539  
Diretor  
**DIDEM - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO "ENÉAS MARTINS"**



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



**ANEXO – A**

**ESPECIFICAÇÃO DO VEÍCULO E EQUIPAMENTOS INCORPORADOS E EMBARCADOS – TIPO CAMINHÃO:**

- g. OBJETO:** Aquisição de veículo tipo Caminhão com baú modificado com avanço lateral direito, mobiliário e equipamentos (Unidade Móvel Atendimento) visando atender as demandas da Diretoria de Identificação "Enéas Martins" - DIDEM/PC-PA.
- h. CARACTERÍSTICAS DO VEÍCULO**
- **As características do Veículo deverão ser:**
    - Um veículo tipo caminhão, como referência o modelo Mercedes Bens, Novo Atego 2433 - 6x2 BlueTec 6;
    - Um veículo novo com zero quilômetros, de ano 2025 e modelo 2025;
    - Cor: PRETA;
    - Tração 6x2;
    - Direção hidráulica, elétrica ou eletro hidráulica original de fábrica;
    - Licenciado e emplacado em nome da contratante;
    - De acordo com as normas e os limites de emissão de poluentes estabelecidos pelo PROCONVE P8, especificações exigidas pelo CONTRAN e normas técnicas da ABNT, homologados pelo IBAMA.
  - **Dimensões e Pesos deverão ter:**
    - Comprimento total: 9.842 mm;
    - Distância entre eixos: 4.775+1.250 mm;
    - Altura de caminhão: 2.400 mm;
    - Largura com retrovisor: 2.686 mm;
    - Capacidade total: 24.100 kg;
    - Eixo dianteiro: 6.100 kg;
    - Eixo traseiro: 18.000 kg;
    - Capacidade máxima: 33.000 kg.
  - **Motor deverá ter:**
    - 06 (seis) cilindros;
    - Norma de emissões: PROCONVE P-8;
    - Potência máxima: 250cv;
    - Combustível: Diesel;
    - Tanque de combustível Plástico com capacidade de 400 litros;
  - **Transmissão deverá ser:**
    - Automatizada, sem pedal de embreagem;
    - 12 sem anéis sincronizadores.

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



- **Freios e Suspensão deverão ser:**

- Freio de serviço: ar, tambor nas rodas dianteiras e traseiras, com ABS + EBD;
- Freio de estacionamento: câmara de molas acumuladoras;
- Suspensão Dianteira: Molas parabólicas, amortecedores hidráulicos telescópicos de dupla ação; Barra estabilizadora;
- Suspensão Traseira: Eixo rígido, molas parabólicas com duplo estágio, amortecedores hidráulicos de dupla ação; Barra estabilizadora.

- **Acessórios serão:**

- Sistema antifurto/alarme;
- Vidros elétricos originais de fábrica nas portas dianteira com fechamento conjugado com as travas elétricas das portas;
- Travas e retrovisores elétricos originais de fábrica nas portas dianteiras;
- Sirene para marcha ré;
- Sistema multimídia com GPS integrado e atualizável através de mídia externa ou wi-fi. Tela touchscreen de no mínimo 8". Integrado com câmera de ré e sensor de estacionamento; mínimo 2 alto falantes, originais do veículo;
- Possuir Câmera de ré e sensor de estacionamento com aviso sonoro;
- Tapetes de borracha;
- Tomada de saída de 12 VCC no console ou painel frontal;
- Película de controle de raios solares tipo UV de acordo com as Resoluções 254/2007 e 386/2011 – CONTRAN devidamente instaladas;
- Capa em courvin automotivo para os bancos, com reforço nas áreas de maior desgaste (abas laterais do encosto e do assento dos bancos) na cor do tecido de revestimento dos bancos, devidamente instalados;
- Iluminação frontal adicional ao de fábrica do tipo barra de super led a ser adaptada no para-choque frontal com no mínimo 250W de potência e proteção IP67. Fluxo luminoso de no mínimo 15.000 Lumens, temperatura da cor 6000K branco puro, Certificado CE e ROHS, tensão de alimentação 12V ou 24V, com acionamento independente;
- Defletores na parte de cima e laterais da cabine.

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

43 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



**i. CARACTERÍSTICAS DO BAÚ ESPECIAL**

- As características do baú especial deverão ser:

Comp. (mm)	Largura (mm)	Altura Externa (mm)	Avanço Lateral	Acesso
11000	2.600	2.900	Avanço lateral direito	01 Plataforma PcD (Pessoas com Deficiência);  01 Escadas do tipo Removível instalada no Avanço Lateral;

- Estrutura da Base deverá ser:

- Base do baú fabricada em travessas e longarinas de chapa de aço lisa dobrado a frio em 2,65mm à 6,35mm de espessura, todas as travessas serão soldadas no processo de solda MIG/MAG;

- Suportes verticais (patolas / pés de apoio do Sobre Chassi) deverão ser e ter:

- Instaladas 4 sapatas hidráulicas com a função de nivelar e estabilizar o caminhão baú.
- O sistema das sapatas hidráulicas possuirá as seguintes características técnicas:
  - Os pistões hidráulicos das sapatas estarão equipados com válvulas de bloqueio para garantir a segurança em caso de rompimento de alguma mangueira do sistema hidráulico.
  - As sapatas hidráulicas serão dimensionadas para ter a capacidade de carga necessária para estabilizar o conjunto do caminhão baú.
  - Será incluído um indicador de inclinação (inclinômetro) no sistema, instalado em um local de fácil visualização para o operador, indicando o grau de inclinação do caminhão baú.
  - O acionamento das sapatas hidráulicas será realizado através de um controle equipado com identificações das funções e um botão de emergência. Este controle estará conectado por cabo a uma tomada específica, instalada na central de acionamento das 4 sapatas hidráulicas, localizada em um local protegido. O controle de acionamento permitirá o comando individual das 4 sapatas.

- Para Barros deverá ser:

- Constituídos de borracha, instalados após o último pneu e na parte inferior.

- Para Lamas tipo “concha” deverá ser:

- Sobre os pneus, construídos em chapas de aço, tratada contra ferrugem e pintada em esmalte sintético.

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

44 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



- **Sistema elétrico veicular deverá conter:**

- Sistema de sinalização de trânsito conforme as normas ABNT/CNT, inclusive com lanternas na parte alta do baú, iluminação da licença traseira, luz de freio, luzes indicadoras de direção, dispositivos refletores (olhos de gato) e faixas refletivas.,
- Duas tomadas de luz (redonda e retangular), sete vias para tensão de 12 ou 24 VCC. Lâmpadas instaladas em soquetes de borracha, interligados à fiação.
- Cabos protegidos por tubos de plástico. Circuito elétrico com aterramento no próprio chicote elétrico.

- **Bagageiros laterais do Baú deverão ser:**

- Será totalmente integrado à base por perfis de aço carbonos, passantes, soldados ao chassi e travessas.
- As tampas de acesso às alavancas dos pés de apoio terão estrutura em perfis de aço carbono, revestimento em chapa lisa de duralumínio, articulação por dobradiça, travamento por trincos simples mais um (01) cadeado cada e terão vedação por borracha.
- Cada secção do bagageiro lateral terá sua porta de fechamento, com estrutura em perfil extrudado em duralumínio e revestimento em chapa lisa de duralumínio.
- As portas do bagageiro deverão ter uma fechadura de embutir em inox e amortecedor para manter as portas na posição aberta.
- O bagageiro terá vão livre entre as laterais e a parte central.
- O piso dos bagageiros será em chapa lisa de aço galvanizado espessura 3 mm, com revestimento na face superior (interna) em chapas de alumínio xadrez e em madeira compensada naval de 18 mm de espessura, na parte inferior da chapa e na montagem da chapa, deverá ser aplicado nas extremidades e emendas das chapas um adesivo selante tipo “monocomponente” à base de polióis que cura com a umidade para a calafetação.
- Todas as alavancas de abertura das portas serão em aço inox com fechadura embutida e chaves e as dobradiças serão em aço inoxidável.

- **Sistema de para-choque traseiro deverá ser:**

- Em perfis estruturais e chapas de aço laminado tratado contra ferrugem; do tipo escamoteável no sentido da traseira do semirreboque, pintura em cor preta e posterior aplicação de faixa refletiva (vermelha e branca). Homologado conforme resolução 593/16 do CONTRAN.

- **Porta lateral do tipo palco deverá ser e ter:**

- A porta lateral tipo palco será fabricada totalmente em alumínio e aço inoxidável.
- Possuirá mecanismo de abertura e fechamento automatizados por meio de cilindro hidráulico com sistema de moto bomba independente e partida manual, controlada por válvula direcional de 03 (três) posições, centro tandem (para atuar como freio de emergência), com sistema de travamento por cilindro hidráulico com comando independente.

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

45 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



- Todo o acionamento será do tipo alavanca devidamente sinalizada.
- Abertura mínima de 90° e dispositivos de segurança para abertura em caso de falta de energia.
- Perfis internos dimensionados para cargas concentradas.
- As portas laterais funcionarão como piso quando apoiada em vigas apropriadas e terá, internamente, o mesmo acabamento do piso do baú. O revestimento da face externa do palco deve ser de mesmo material usado nas demais paredes externas do veículo.
- Sistema de travamento hidráulico através de varão interno do quadro do porta palco, acionados por um cilindro sequencial ou trava mecânica manual.
- A automação do porta palco se dará através de sistema de automação autônomo, sem necessidade de energia externa para abertura e fechamento da mesma, possibilitando a montagem da unidade móvel em locais ainda não energizados.
- Sistema provido de tubos e mangueiras com anilhas de ligação por pressão e sistema de travamento sequencial (dispensando outra ação para a trava da porta-palco).
- Dimensões aproximadas de 2400 mm por 8550 mm, posicionada do lado direito do veículo.
- **Estrutura de suporte para porta palco deverá ser:**
  - A porta palco apoiada por pés de sustentação fabricados em alumínio, com encaixe na lateral da Unidade Móvel, formado cada um por duas vigas metálicas articuladas a 90 graus, com sapatas de altura regulável para nivelamento junto ao piso. Será apoiado no mínimo 6 (seis) pés de sustentação.
- **Avanço lateral direito deverá ter e ser:**
  - O avanço lateral será composto de 03 (três) paredes interligadas, com portas de correr nas laterais, estruturadas por perfis de duralumínio, com fechamento em vidro temperado 8 mm ou policarbonato cristal Polygal, ou de melhor qualidade, de 6 mm insuflado,
  - Dimensões do avanço direito de 2400 mm de avanço por 8550 mm de extensão, posicionada na lateral direita do veículo, provida de rodízios de polietileno para deslizamento lateral.
  - O avanço lateral irá se movimentar por sobre trilhos de aço inox, embutidos tanto na porta lateral quanto no piso interno do baú; e acionamento por alavanca devidamente sinalizada.
  - O Teto será apropriado, rebaixado em relação ao teto original do veículo para cobertura das paredes que constituem os avanços;
  - Sistema de vedação para contenção de águas pluviais, poeira e climatização. Será fabricado com perfis extrudados, demais chaparias e rebites totalmente em alumínio.
  - O avanço lateral possuirá mecanismo de abertura e fechamento automatizado por meio de sistema hidráulico (motor hidráulico e comando de válvulas) e abertura manual no caso de falha do sistema hidráulico.
- **Revestimento externo das paredes do baú deverá ser:**



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



- Revestido externamente com chapas de alumínio lisas de liga naval 5052 H38, com pelo menos 2mm (dois milímetros) de espessura fixadas aos perfis estruturais por rebites ou revestido com placas de ACM com espessura de 3mm na cor branco, fixadas com fitas adesivas dupla face de alta performance de resistência mecânica., tanto para as paredes laterais quanto para as paredes frontal e traseira.**Perfis estruturais das laterais e do teto deverão ser e ter:**
- A estrutura da unidade terá perfis de aço galvanizado em “cartola” ou “ômega”, com alma de 40 mm na sua parte frontal e traseira, para sustentação dos suportes dos aparelhos condicionadores do ar e suporte de toldo. Nas laterais será utilizado estrutura tubular de metalon de aço galvanizado dispostos simetricamente. Estas estruturas tubulares laterais serão espaçadas em 400 mm. As colunas de sustentação das quatro extremidades da unidade serão na sua totalidade em perfis especiais, feitos sob medida em aço galvanizado para garantir as especificações técnicas necessárias.
- Os perfis utilizados resistirão a cargas pontuais (concentradas e estáticas) de 250 kg, sem deformação (flecha) permanente, tanto para as laterais, quanto para o teto.
- Impermeabilização externa a ser efetuado com material com “sika-flex” ou de melhor qualidade, silicone, fita dupla-face e/ ou “fiber-glass” laminado com resina plástica e “gel-coat”, ou de qualidade superior, que garantam total estanqueidade contra água e poeira, em qualquer situação de uso, seja estática ou dinâmica.
- Estrutura mecânica do teto será através de perfis de aço galvanizado tipo “ômega”, fixados aos perfis laterais, aplicados em distâncias modulares descritas no projeto estrutural, que permitam a aplicação de carga mínima concentrada de 250 kg em qualquer ponto dos perfis de sustentação do teto.
- **Teto do baú deverá ser:**
  - O teto será construído a partir de chapa de liga de alumínio com espessura de 1 (um) mm;
  - Forma externa: reta, com calhas laterais nos cantos e perfis tipo pingadeira “J”, que facilitem o escoamento de águas até os cantos.
  - Impermeabilização externa com selante elástico à base de poliuretano, tipo “sikaflex” ou de melhor qualidade, silicone, fita dupla-face e/ ou “fiberglass” (glass fiber reinforced plastic) e “gelcoat” (providing resistance to ultraviolet degradation and hydrolysis);
  - Instalado chapa de alumínio inteira sem nenhuma emenda, como também aplicação de poliuretano nas extremidades da chapa a fim de neutralizar qualquer tipo de infiltração;
  - Aplicação de fita aluminizada nas emendas para prevenção de infiltrações, garantindo total estanqueidade contra água e poeira, em uso estático ou dinâmico do baú;
- **Quadro das portas deverá ser:**
  - Construído em perfis de duralumínio ou aço “U”, soldados eletricamente, com reforços nos cantos superiores e tratamento anticorrosivo idêntico ao aplicado na base rodante.
- **Porta de Acesso - Tipo Removível – deverá ser:**





**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



- 01 (uma) escada fabricada 100% em alumínio antiderrapante com degraus que atendam as normas de ergonomia.
- A escada será do tipo removível e instaladas quando da montagem da Unidade Móvel para acesso ao interior da unidade pelo Avanço Lateral direito.
- Quando do deslocamento do veículo, a escada será armazenada no maleiro.
- Corrimãos da escada será também do tipo removível e fabricados 100% em aço inox.
- **Portas P.C.D.: plataforma para pessoas com deficiência deverá ser:**
  - A porta para Pessoa com Deficiência (PCD) terá uma plataforma basculante com trava para transporte e um pistão de acionamento com curso suficiente para descer a plataforma do nível interno da unidade até o chão.
  - A plataforma será construída com estrutura em aço e terá acabamento externo em aço inoxidável. A base da plataforma será revestida com chapa xadrez de alumínio.
  - A plataforma incluirá travas para impedir o movimento da cadeira de rodas, além de um guarda-corpo para proporcionar apoio à pessoa.
  - Fabricada em perfis de duralumínio extrudados e perfis de aço dobrado, revestida externamente em chapas de alumínio lisas, estrutura do quadro em perfis de aço, revestimento interno em chapas de aço inoxidável, acabamentos e fixações em aço inoxidável, barra estabilizadora em tubos de aço inoxidável, plataforma dobrável, plataforma fabricada em perfis de aço inox e chapas de alumínio xadrez com corrimãos retráteis em tubos de aço inoxidável, regulador de nível dobrável apoio ao solo e acesso do cadeirante à plataforma, acionada por sistema de pistão hidráulico e sistema de freio controlador da operação
  - Seguindo as normas aplicáveis vigentes NBR 9.050 e NBR 15.655 (ISO 9386) pertinentes ao sistema.
- **Piso deverá ser:**
  - Chapa de aço soldada à base rodante: Chapa de aço carbono de 3 (três) mm, soldada em toda área da base rodante, tratada contra ferrugem e pintada em ambas as faces.
  - Madeira Compensada encaixada no piso do baú: O baú terá piso de madeira compensada, tipo naval, com 18 mm de espessura, resistente à ação da água e fungos, preso por parafusos tipo francês com cabeça embutida. O piso de madeira ficará no mesmo plano da soleira da porta (sem degrau ou saliência entre os mesmos).
  - O piso de madeira compensada será revestido com manta vinílica do tipo FADEMAC, ou de melhor qualidade.
- **Identificação visual deverá ser e ter:**
  - Fazer parte do escopo de fornecimento, a execução da plotagem (adesivagem) de toda a área externa da carroceria da Unidade Móvel. É de fornecimento da CONTRATANTE o envio da arte com a comunicação visual que será aplicada conforme cronograma aprovado das etapas do projeto. A



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Contratante passará informação em tempo oportuno. Material de qualidade tipo 3M com garantia, ou de melhor qualidade.

- **Saia de lona no porta palco deverá ser:**
  - Saia de lona especial maior para impressão com reforço em trama, vulcanização e costura em laterais, com impressão digital em plotter vutek, ou de melhor qualidade, com proteção ultravioleta. Velcro branco em nylon reforçado, sacola para armazenamento em lona e velcro a ser instalada no contorno do avanço lateral.
- **Persianas na Sala de Avanço deverão ser:**
  - Instaladas persianas verticais, com dispositivo de abertura, fechamento e angulação, com o objetivo de filtrar raios solares e diminuir a temperatura interna da unidade.
- **Colunas de extremidade deverão ser:**
  - Confeccionada em chapas de aço inox brilhante de 2 mm de espessura, com formato arredondado.
- **Toldo deverá ser:**
  - Toldo retrátil, confeccionado em lona sintética cor branca de melhor qualidade, fixado externamente com estrutura em alumínio pintado com pintura eletroestática. As peças de encaixe e aprisionamento do toldo no implemento deverão ser em alumínio por ser mais leve. A medida deverá ser de 2500mmx2500mm, cobrindo a extensão da porta de entrada do avanço lateral direito.

**j. CUSTOMIZAÇÃO INTERNA**

- **Revestimento interno deverá ser:**
  - As paredes internas do baú serão revestidas com compensado, os quais serão fixados à estrutura por meio de parafusos. Esses compensados serão cobertos com chapas de ACM (Aluminium Composite Material) — material também conhecido como alumínio composto, na cor branco brilhante, fixadas por meio de fita dupla face. Esse método de fixação resultará em um interior completamente liso, sem a presença visível de elementos de fixação.
  - O teto e as salas de avanços serão revestidos com chapas de ACM na cor branco brilhante. Essas chapas serão fixadas na estrutura do baú por meio de fita dupla face.
- **Forro deverá ter:**
  - Aplicação de sarrafos, aplicados a estrutura de metalon superior, devidamente recortado para o encaixe das luminárias embutidas. Acabamento em laminado de alta pressão.
- **Distribuição elétrica deverá ser e conter:**
  - Todas as tomadas e conexões elétricas serão instaladas em um quadro geral de distribuição elétrica, o qual contará com disjuntores, proteção do barramento interno e sistema de aterramento.
  - Será instalado um quadro geral para conectar a unidade à rede externa de energia elétrica.

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

49 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



- No quadro de distribuição, serão fornecidos e instalados disjuntores termomagnéticos, dispositivos DR (diferencial residual), DPS (dispositivos de proteção contra surtos) e outros componentes necessários para garantir a proteção elétrica e a segurança dos equipamentos.
- A instalação de toda a rede elétrica interna será realizada utilizando condutores compatíveis com a tensão e corrente de cada equipamento. Os eletrodutos serão dimensionados de acordo com os fatores de agrupamento e espaço livre máximos estabelecidos pela norma NBR 5410.
- Todos os cabos e eletrodutos serão feitos de material antichama para garantir a segurança contra incêndios.
- A extensão para a ligação principal terá 25 metros de comprimento e estará equipada com uma tomada industrial apropriada para conectar o baú à rede elétrica da concessionária.
- Serão empregados condutores flexíveis de cores diferenciadas para assegurar a correta identificação das instalações, conforme estabelecido pela norma NBR5410/2004.
- **Iluminação deverá ser:**
  - No interior da Unidade Móvel, luminárias compactas embutidas com lâmpadas LED e duas (02) luzes de emergência LED e todos os componentes necessários à luminotécnica.
- **Condutores elétricos deverão ser:**
  - Os condutores serão em cobre ou alumínio isolados com camada de plástico, para no mínimo 700 V, com bitolas compatíveis com os projetos específicos a serem confeccionados pela contratada. Todas as emendas serão perfeitamente isoladas, não sendo permitidas emendas dentro dos tubos. A distribuição será externa executada por eletrodutos rígidos de PVC e conduletes também de PVC.
- **Aterramento deverá ser:**
  - Aterramento para proteger os equipamentos especiais e evitar descargas elétricas nos usuários, será constituído de três hastes metálicas de 1500 mm a ser enterrada através de uma perfuração.
- **Alimentação elétrica externa deverá ser:**
  - O baú será provido de 01 (um) cabo elétrico de aproximadamente 25m, trifásico, com plug para 125 A, para alimentação elétrica a partir de fonte externa, com bitola correspondente a demanda elétrica com conectores industriais, que será acondicionado no bagageiro.
- **Suprimento auxiliar de energia, tendo como modelo referencial os fabricantes Cummins, Stemac, e deverá ser:**
  - 01 (um) gerador silenciado movido a diesel e instalado no bagageiro do caminhão, podendo ser acionado via chave de partida internamente na caixa de disjuntores. Deve possuir isolamento acústico e sistema antivibração, com potência que supra toda a necessidade de energia elétrica do veículo, proporcionando funcionamento total sem a necessidade de ligação à rede externa de energia; com painel de controle, estabilizador de tensão e gerenciamento de energia tipo CLP – Controlador Lógico Programável.
    - O gerador deve:
      - possuir opção de partida elétrica e automática;

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

50 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



- utilizar o mesmo tanque de combustível do caminhão e ter autonomia mínima de 24h de operação ininterrupta;
  - sistema de refrigeração próprio; saída de 110/220V – trifásico – 60 Hz;
  - quadro elétrico para disjuntores e medidores;
  - possuir proteção de pressão de óleo, nível de água e temperatura de operação, desligando o sistema em caso de detecção destes itens e avisando através de informação em painel digital bem como soando alarme audível;
  - proteção elétrica (disjuntor);
  - silencioso de escape;
  - deverá se conectar a um barramento de energia instalado na carroceria;
  - rede embutida de tubos flexíveis, fabricado em PVC antichama resistência diametral de 320 N / 5 cm, atende a norma NBR 15465 e NBR 5410;
  - condutor flexível de fios de cobre eletrolítico tempera mole, isolamento composto termoplástico polivinila PVC (105°C) com características especiais quanto à não propagação e auto extinção do fogo.
  - Sistema de aterramento externo através de haste de aterramento.
  - Deverá ser fornecido 5 hastes de aterramento em cobre extras;
  - possuir bateria exclusiva para seu acionamento de no mínimo 90 Ah;
  - em funcionamento no modo automático deverá ser capaz de analisar a entrada da rede de alimentação elétrica e em caso de alguma anomalia, deverá comutar automaticamente para o gerador e ignorar a rede de alimentação externa. No caso de normalização da rede de alimentação externa, o gerador deverá ser capaz de se desligar automaticamente e comutar para a rede de alimentação externa novamente;
  - possuir módulo de comando (USCA) com display digital que execute medições dos seguintes parâmetros: tensões de fase e de linha(V), frequência (Hz), corrente (A), potência ativa (Kw), potência aparente (Kva), potência reativa (Kvar), fator de potência (cos), número de partidas, tempo de funcionamento (h), tensão de bateria (V), e temperatura da água de arrefecimento (\*C).
- **Rede lógica e sistema de Wi-Fi deverão ser:**
    - A Rede será WI-FI para computadores e impressoras através de roteador e switch;
    - Cabeamento estruturado categoria cat 6e com certificação;
    - 01 (um) Rack de piso Padrão 9u, com ponto de concentração em 01 (um) Rack para distribuição dos pontos;
    - 01 (um) comutador de dados do tipo Switch de 24 Portas POE 10/100/1000;
    - Cabeamento embutido;

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

51 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



- Acesso a WI-FI com internet via satélite de última tecnologia que permita o acesso em áreas remotas, como zonas rurais que não possuem acesso por outro modelo comum, mantendo a velocidade e confiabilidade, independentemente da distância. A Unidade será entregue pronta para uso com equipamentos embarcados e sistema de rede de computadores (antena e aparelhos do tipo de sincronização automática com os satélites), além de rede sem fio e servidor para integração com o sistema de informática;
- Também será previsto o acesso da Unidade à internet, com possibilidade de receber link externo e interligar toda a rede ao sistema informatizado do Estado.
- **Sistema de monitoramento externo, com modelo referencial os fabricantes Hikvision e Dahua, que deverá ser e conter:**
  - Instalação de sistema de monitoramento externo da unidade com previsão de 8 (oito) câmeras 2M Mobile do tipo Vandal-Resistant Network, ou qualidade superior, sendo distribuídas entre a extremidade dianteira, extremidade traseira e na parte central, em ambos os lados, de modo a permitir o monitoramento de toda a região adjacente à Unidade Móvel (cobertura em 360º). O sistema contará com um controle de gravação com uma capacidade de 1 TB de espaço para armazenagem dos dados de vídeo das câmeras (TIPO SSD).
    - As câmeras externas (Perímetro) possuirão as seguintes características:
      - será do tipo IP; o 2MP de resolução 1920 × 1080 @30fps;
      - suportar protocolos H.265, H.265+, H.264+, H.264;
      - sistema de redução de ruído digital;
      - tensão de alimentação híbrida de 12 VDC e PoE (padrão 802.3af);
      - Infravermelho incorporado para alcance de 30m;
      - certificações IP67 e IK10;
      - ajustes de 3 eixos;
      - especificação de operação em COR: 0.005 Lux @ (F1.2, AGC ON), 0 Lux with IR;
      - especificação de operação em COR: 0.009 Lux @ (F1.6, AGC ON), 0 Lux with IR;
      - ajuste focal 2.8/4/6/8/12 mm;
      - sensor de Imagem 1/2.8" Progressive Scan CMOS;
      - condição de operação de -20 a +60 Graus Celsius;
      - comutação sistema DIA/NOITE Automático;
      - visualização das imagens em COR mesmo em ambientes com 0 LUX e IR ligado;
      - faixa de alcance dinâmica de 120 dB.
- **Sistema de monitoramento interno deverá ser:**
  - Composto por 6 (seis) câmeras tipo 2MP full HD, posicionadas em ângulo que permita ampla visualização. O sistema contará com um controle de gravação com uma capacidade de 1 TB de espaço para armazenagem dos dados de vídeo das câmeras (TIPO SSD).
    - As câmeras internas possuirão as seguintes características:

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

52 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



- do tipo IP; 4MP de resolução 1920 × 1080 @30fps;
  - protocolo H.264+;
  - sistema de redução de ruído digital;
  - tensão de alimentação híbrida de 12 VDC e PoE (padrão 802.3af);
  - Infravermelho incorporado para alcance de 10m;
  - certificações IP67 e IK08;
  - especificação de operação 0. 01 Lux @ (F1.2, AGC ON), 0 Lux com IR;
  - ajuste focal 2.8/4/6 mm;
  - sensor de Imagem 1/3" Progressive Scan CMOS;
  - condição de operação de -20 a +60 Graus Celsius;
  - comutação sistema DIA/NOITE Automático;
  - faixa de alcance dinâmica de 120. dB.
- O Gravador Digital para ambos os sistemas, externo e interno, possuirá as seguintes características:
- Sistema do tipo NVR (Network Video Recorder) com alimentação das portas tipo POE atendendo o padrão IEEE 802.3 af/at;
  - capaz de conectar até 16 câmeras IP simultaneamente;
  - decodificação de Vídeo nos formatos H.265+/H.265/H.264+/H.264;
  - gravar câmeras com resolução de até 8k;
  - suportar resolução de vídeo de 12MP /8MP /6MP /5MP /4MP /3 MP/ 1080p/UXGA/ 720p/ VGA/ 4CIF /DCIF/ 2CIF/ CIF/ QCIF;
  - saídas de vídeo HDMI e VGA independentes;
  - 2 portas USB; saída de vídeo HDMI de até 8k;
  - compatível com câmeras de outros fabricantes;
  - acesso remoto via Cloud Login;
  - aplicativo para smartphone IOS e Android para visualização e reprodução ao vivo, configuração do gravador e controle de câmera.
- O Sistema central de monitoramento será instalado em Rack.
- **Climatização deverá ser:**
- Aparelhos condicionadores de ar, suficientes para climatizar todos os ambientes interno da Unidade Móvel. Os aparelhos possuirão controle remoto sem fio. Os disjuntores e os cabos serão compatíveis com as potências dos aparelhos e as recomendações do fabricante.
  - A alimentação elétrica e de interligação entre as unidades condensadora e evaporadora serão feitas de cabos com proteção em PVC, cabos PP sem emendas.
  - Possuirão vias suficientes para atender o funcionamento das unidades e o aterramento.
  - A alimentação elétrica será feita por disjuntor e cabos exclusivos para cada aparelho.

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

53 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



- 02 (dois) aparelho Ar-Condicionado tipo cassete 36.000 Btus;
- **Sistema de combate a incêndio deverá ter:**
  - Extintor tipo ABC, três extintores com capacidade de 0,9kg, para combater incêndios em sólidos em geral e alguns tipos eletrônicos.
  - Estes extintores serão instalados com suportes sobre o piso de modo a não movimentar durante o deslocamento e devidamente identificados;
- **Alarme deverá ter:**
  - Instalação de sistema de alarme microprocessado com sensores infravermelhos para identificar presença;
  - Uma sirene de no mínimo um tom, com bateria e acionamento remoto.
- **Sistema de iluminação externa deverá ser e ter:**
  - Nas laterais externas do veículo serão instalados 12 (doze) refletores com LED de alto brilho, 96 LEDs de alto brilho, com no mínimo 96 LEDs de alto brilho por refletor Tensão Bivolt (127/220V), Consumo aproximado de 50W, dimensões aproximadas (AxLxP) : 15,5 x 18 x 11,5cm. Cada refletor terá vedação contra água e poeira (proteção IP 66), confeccionado em alumínio e vidro temperado, pintura epóxi de alta durabilidade;
  - Serão instalados 5 (cinco) na lateral direita, abaixo do toldo, e 05 (cinco) na lateral esquerda, 1 entre a cabine do caminhão e o baú e 1 na parte traseira do veículo. Acionamento através do interruptor localizado na sala de atendimento e devidamente identificados;
  - Será também acionado por fotocélula automaticamente tanto para ligar quanto para desligar, caso o interruptor esteja na posição ligado, evitando dessa maneira que os LEDs permaneçam ligados durante o dia;
  - Serão acionados por interruptores separados: 1 interruptor acende lado direito, um interruptor acende lado esquerdo, 1 interruptor acende parte traseira e dianteira.
- **Sistema de sinalização de emergência, tendo como modelo referencial a fabricante Rontan, que deverá ser:**
  - Composto por 18 (dezoito) refletores sendo, 05 (cinco) refletores frontais, 05 (cinco) refletores traseiros, 04 (quatro) refletores laterais na esquerda e 04 (quatro) refletores laterais na direita do sinalizador, cada um dotado de 03 LEDs por refletor, na cor vermelho/rubi, com 03 Watts de potência, refletores frontais e traseiras maiores, refletores laterais menores, distribuídas equitativamente por toda a extensão da barra, de forma a permitir total visualização, sem que haja pontos cegos de luminosidade, desde que o “design” do veículo permita. Alimentados nominalmente com 10,8 a 14,7 Vcc;
  - Cor predominante vermelho, comprimento de onda de 610 a 630 nm; intensidade luminosa de cada LED de no mínimo 90 Lumens típico; categoria: AlInGaP; O sinalizador visual será controlado por controle central único, que será iluminado para operações noturnas, dotado de microprocessador ou microcontrolador, que permita a geração de lampejos luminosos de altíssima frequência, com pulsos luminosos de 25ms a 2 seg. O circuito eletrônico gerenciará a corrente elétrica aplicada nos LEDs garantindo também a intensidade

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

54 de 82





**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



luminosa dos LEDs, mesmo que o veículo esteja desligado ou em baixa rotação, garantindo assim a eficiência luminosa e a vida útil dos LEDs. O consumo da barra nas funções usuais será em torno de 07A e o máximo (com todas as funções possíveis ligadas) não ultrapassará de 12A;

- O módulo de controle possuirá capacidade de geração de efeitos luminosos que caracterizem o veículo parado e em deslocamento em situação de emergência e até mais 5 outros padrões de "flashes" distintos ou outras funções de iluminação a serem definidos na contratação sem custos adicionais os quais serão acionados separados ou simultaneamente no caso de se utilizar LEDs e dispositivos de iluminação não intermitentes (luzes de beco e/ou frontais);
- O sistema de controle dos sinalizadores visual e acústico será único, permitindo o funcionamento independente de ambos. Será instalado em local específico quando este for solicitado (console) ou no local originalmente destinado à instalação de rádio possibilitando sua operação por ambos os ocupantes da cabina;
- O sistema possuirá proteção contra inversão de polaridade, variações bruscas de tensão e transientes, sendo desligada preventivamente quando a tensão exceder valores não propícios;
- Barra sinalizadora, com formato linear ou similar (com segmentos modulares), com comprimento mínimo de 2.000 mm, largura mínima de 250 mm e máxima de 350 mm, altura mínima de 90 mm e máxima de 120 mm, instalado internamente no veículo, adequando-se a curvatura do para-brisa, sendo uma barra na parte dianteira e um na parte traseira. Estrutura da barra em alumínio extrudado, na cor preta, com cúpulas injetadas em policarbonato não reciclado na cor vermelho rubi, resistentes a impactos e descoloração, com tratamento UV. O sinalizador será incorporado de maneira harmônica ao design interno do veículo e ser instalado atrás da película de proteção solar.
- **Sinalização extra deverá ser e ter:**
  - Kit Estroboscópico para faróis dianteiros e lanternas traseiras composto por mini sinalizadores com 3 LEDs de alta potência na cor cristal, selados em formato circular com lente semiesférica, sincronizados face a face, na cor Branca com temperatura de cor de 6500ºK típico, capacidade luminosa de no mínimo 350 Lumens para cada mini sinalizador, tensão de aplicação: 12 a 14,7 Vcc, com base de silicone para garantir a firmeza e aderência dos faróis e lanternas onde serão instaladas as mesmas. Caso os faróis e lanternas não permitam a instalação dos sinalizados em seu interior, os mesmos poderão ser instalados na grade e/ou próximo dos faróis e lanternas; neste caso, sem lente semiesférica;
  - Sinalizador da grade frontal: Bloco óptico: Módulo composto por 04 (quatro) LEDs com potência de 1 W cada, sendo 02 (dois) na cor vermelha e 02 (dois) na cor cristal, com comprimento de onda entre 620 e 630nm, intensidade luminosa de cada LED de 40 Lumens. Dotado de lente colimadora difusora em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade. Atenderá SAE J595 Classe 1. Os módulos serão comandados por circuitos digitais microcontrolados que permitam a seleção de 16 padrões de "flashes" distintos, alimentados com 12 VCC e possuir proteção contra inversão de polaridade e transientes.

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

55 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Será imune a EMI (Electro Magnetic Interference) e RFI (Radio Frequency Interference). O acionamento será feito pelo módulo de controle do sinalizador visual e acústico.

- Composto de 04 (quatro) módulos, distribuídos pelas grades frontais (inferior/ou superior) de maneira discreta, o sistema óptico será montado num perfil de alumínio extrudado anodizado, com acabamentos laterais em ABS, fixado por suporte(s) confeccionado(s) em aço com pintura eletrostática e com regulagens de posicionamento. Estarão alojados entre as aletas da grade frontal ou nas proximidades, conforme marca/tipo/modelo do veículo;
- 02 (dois) mini sinalizadores, alojados acima, abaixo ou ao lado das lanternas traseiras, conforme marca/tipo/modelo do veículo; com 3 Leds de alta potência na cor vermelha/rubi, selados em formato redondo, com aro de acabamento na cor cromada; sincronizados face a face com a cor vermelha estroboscópica. Temperatura de cor de 6500°K típico; capacidade luminosa de no mínimo 350 Lumens para cada mini- sinalizador; Tensão de aplicação: 12 a 14,7 Vcc;
- Os comandos dos sinalizadores auxiliar/estroboscópico serão independentes para todo o conjunto e localizados no painel do veículo;
- Sistema luminoso composto por conjunto de 64 leds de 1wat próprios para iluminação (categoria alto brilho) na cor vermelha, distribuídos equitativamente em um nível por todas as partes frontal e traseira da barra, de forma a permitir total visualização, sem que haja pontos cegos de luminosidade.
- **Sinalizador acústico deverá ser e ter**
  - Amplificador de 200 W RMS de potência, 13,8 Vcc e 04 (quatro) tons distintos, resposta de frequência de 300 a 3000 Hz e pressão sonora a 01 (um) metro, de 120 dB 13,8 Vcc;
  - Sistema de megafone com ajuste de ganho, e potência de 100 W RMS, com interligação auxiliar de áudio ao rádio transceptor;
  - Duas (02) sirenes (drives / sonofletores), com 100 W RMS de potência, cada, instalados no compartimento do motor, próximos ao radiador / grade, conforme design do veículo que receberá o equipamento; O drive utilizado será específico para utilização em viaturas policiais, sendo vedada à utilização de drives confeccionados para aplicações musicais.
- **Instalações hidráulicas deverão ser e ter:**
  - Sistema hidráulico provido de duas caixas d'água, sendo uma de armazenamento de água limpa e outra para armazenamento da água servida.
  - O sistema de alimentação de água limpa se dará através de mangueira de aproximadamente 30 metros de comprimento com engate rápido para acoplamento ao registro de entrada da caixa de água limpa.
  - Ainda contar com sistema automatizado de liberação de água excedida na caixa, proveniente do excesso de produção de água pelo ar-condicionado.

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

56 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



- Todo o sistema será construído em tubos de PVC de 1 (uma) polegada para o circuito de água limpa e será usado tubo de PVC rígido de 2 (duas) polegadas para o circuito de água servida para maior segurança contra entupimentos através de resíduos.
- A saída de água servida se dará através de válvula de esfera de 2 (duas) polegadas localizadas em uma das portas do maleiro e de fácil acesso para o desague.
- Terá ainda 25m de tubo para o descarte da água servida na rede de esgoto, com um sistema de fácil manuseio e higiene.
- Em todas as torneiras a ligação entre tubo e torneira será executada com mangueira de 3/8 de polegada com malha rígida para evitar torções e possíveis obstruções da passagem da água.
- Será instalado em todas as saídas das cubas, sistema de válvula americana e sifão flexível.
- O sistema hidráulico será movido através de bomba automática pressurizada, ou seja, sempre quando aberta alguma torneira a bomba deve ser acionada automaticamente. A voltagem das bombas deve ser 220V evitando componentes eletrônicos de transformação de tensão no sistema evitando possíveis falhas de abastecimento.
- Reservatório de detritos em alumínio para os dejetos do vaso sanitário com registro metálico para o descarte adequado de seu conteúdo.
- As unidades móveis não possuem autonomia hidráulica, portanto em todos os atendimentos, será previsto no local um ponto de água e deságue (esgoto).
- **Adaptação Interna deverá ser e ter:**
  - Todo o mobiliário e objetos terão pontos estratégicos de ancoragem e sistema com cintas a fim de fixar estes a estrutura interna de modo a não haver movimentação durante o deslocamento do caminhão.
  - Mobiliários serão conforme layout aprovado pelo contratante com reforços;
  - Todos os mobiliários que compõem a unidade serão confeccionados em MDF com revestimento melamínico interno e externo, puxadores metálicos tipo alça, os cantos e bordas serão boleados (arredondados) para evitar escoriações nos usuários;
  - Todas as gavetas serão instaladas com corrediças metálicas e mecanismo de travamento (evita abertura durante a locomoção da unidade).
- **Copa deverá ter:**
  - 01 (um) Módulo tipo bancada com cuba e torneira acionada manualmente, confeccionado em MDF, com 2cm de espessura, com revestimento melamínico interno e externo, com acabamento texturizado, gaveteiro e portas de correr com sistema de travamento; cores a serem definidas após o fechamento do pedido.
  - 01 (um) armário aéreo, confeccionado em MDF, com portas e prateleiras, pintura na cor a ser definida;
  - 01 (um) Kit dispenser para sabonete líquido, álcool em gel e papel toalha 2 ou 3 dobras;
  - 01 (um) frigobar 72L;

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

57 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



- 01 (um) micro-ondas 20 litros;
- 01 (uma) lixeira de aço inox 12 litros;
- 01 (uma) cafeteira elétrica;
- **Sanitário unissex deverá ter:**
  - Instalação de 01 (uma) bacia sanitária com caixa acoplada em louca;
  - Instalação de 01 (uma) tampa para bacia sanitária e assento almofadado;
  - 01 (um) Módulo tipo bancada com cuba oval inox e torneira com acionamento manual, confeccionado em MDF, com no mínimo 2cm de espessura, com revestimento melamínico interno e externo;
  - 01 (um) Porta Suporte Dispensador Papel Higiênico; Especificações: Abertura Inteligente e Segura dispensa chave; Resistência Alto Impacto; compatível com rolo de 300 e 500 m; visor transparente que permite a visualização do conteúdo, facilitando o abastecimento; Cor: Branco;
  - 01 (um) Kit dispenser para sabonete líquido e papel toalha 2 ou 3 dobras;
  - 01 (uma) Lixeira Aço Inox com Pedal 05 Litros;
- **Área de atendimento deverá ser e ter:**
  - 03 (três) mesa do tipo bancada, com box para 02 (dois) atendentes, confeccionado em MDF, espessura de bancada de 25mm no tampo, com revestimento melamínico, revestida em ambas as faces, com borda que acompanha todo o contorno do tampo, encabeçado com fita de poliestireno com 2,5mm de espessura mínima, coladas com adesivo tipo "Hot Melt" ou de qualidade superior, com arestas arredondadas, divisória em acrílico ou policarbonato fumê;
  - 04 (quatro) armário baixo instalado ao lado das mesas de com tampo confeccionado em MDF de no mínimo 25mm de espessura no tampo com revestimento melamínico, revestida em ambas as faces, a borda que acompanha todo o contorno do tampo é envolvida com fita de poliestireno com 2,5mm de espessura mínima com adesivo tipo "Hot Melt" ou de qualidade superior, com arestas arredondadas, separação para prateleiras e para gavetas, portas de correr e fechadura tipo *pushlock*, todas as gavetas serão instaladas com corrediças metálicas e mecanismo de travamento;
  - 06 (seis) cadeiras giratórias com espaldar baixo, assento e encosto em madeira compensada moldada anatomicamente, estofada com espuma injetada de poliuretano, revestida em cor a definir, devem estar de acordo com as normas NR17 e NBR13962;
  - 05 (cinco) cadeiras fixas com estofamento, pés com estofamento, pés sem rodízio, com capacidade de aproximadamente 120kg e dimensões: (+ou-10%), encosto (LxA): 450x480mm; Assento (LxP): 500x450mm na cor preta; devem estar de acordo com as normas NR17 e NBR13962;
  - 03 (três) lixeiras de aço inox com pedal 12 litros;
  - 01 (um) Smart TV LED 42" polegadas, tela Full HD, resolução 4K, conexões mínimas de áudio, vídeo, 02 entradas HDMI, 01 USB, WI-FI integrado, tensão bivolt; controle remoto, cabo de força, manual de utilização, fixada na parede.

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

58 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



• **Recepção/Área de espera deverá ser e ter:**

- 05 (cinco) cadeiras empilháveis com estrutura em tubo de aço inox, assento e encosto plástico.  
Apresentação: na cor preta; Dimensões: assento /chão: 0,45m (variação 5%). Características adicionais: 4 pés com ponteira de borracha; fabricada de acordo com as normas NR17 e NBR 13962;
- 01 (um) Bebedouro de água gelada, natural e misturada numa só vez, para bancada, com sistema que não utiliza gás refrigerante, deve possuir trava protetora para proteger a saída de água contra insetos e poeiras e evitar o acionamento do produto acidentalmente. Deve possuir suporte do garrafão com furador em plástico para perfurar o lacre do galão de 10 ou 20L. Deve possuir coletor de água removível e pés de borracha antiderrapantes, bivolt, controle externo de temperatura para água gelada entre 5 a 12°C, alça para carregar, encaixe para e botões individuais para acionamento.
- 01 (um) gabinete móvel confeccionado em MDF para acondicionar o bebedouro elétrico; De acordo com as normas ABNT.
- 01 (uma) Lixeira Aço Inox com Pedal 30 Litros;
- 01 (um) Dispenser Para Copo Descartável De Água com Cilindro em plástico transparente e ponteiros em Aço Inoxidável. Ideal Para Escritórios, Consultórios, Sala De Espera, Comércio E Indústrias. Capacidade: 100 Copos; Dimensões: 50cm X 7,5 Ø; Peso: 185g;
- 01 (um) sistema de senha de atendimento, sem fio, com impressora de senhas, painel de Led e Software com capacidade de configurar em até 20 computadores/notebooks.

• **Sala de acolhimento para crianças/ Sala atendimento humanizado deverá ser e ter:**

- Posicionado no avanço lateral (conforme proposta Layout); Área reservada para escuta especializada, com espaço lúdico para atendimento à criança. Essa área será isolada do atendimento geral e da sala de espera, por meio de 2 (duas) divisórias móveis (com estrutura em alumínio, com poliuretano injetado com perfis de acabamento em cantoneira de alumínio), permitindo a formação de um ambiente reservado quando for necessário. As divisórias serão de fácil remoção, permitindo montagem e desmontagem pelos próprios usuários do veículo. Será confeccionada com duplo compensado naval de 15 mm cada.
- 01 (uma) mesa fabricada em MDF com estrutura em aço;
- 01 (um) armário com duas portas;
- 01 (uma) mesa/armário para impressoras;
- 01 (uma) cadeira giratória do tipo Secretária com pés rodízio e fabricadas em polipropileno, base na cor preta e estofado em courvin na cor a definir;
- 02 (duas) cadeiras fixas empilháveis de polietileno e estrutura em inox; barra fixa para contenção;
- 01 (um) puff de chão em couro;
- 02 (duas) bancadas com armário e gaveteiro (identificação do projeto A5), com medida sugerida conforme projetos;
- Pisos emborrachados desmontáveis 160x150.

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

59 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



- **Serviço adicionais deverão ser e ter:**

- Será fornecida 01 (uma) caixa de ferramentas básicas e 01 (uma) escada em alumínio para facilitar a montagem, desmontagem e operacionalização do veículo;
- Caixa de ferramentas metálica;
  - 01 (um) jogo de chaves de boca com medidas de 6" a 22";
  - 01 (um) jogo de chave estrela com medidas de 6" a 22";
  - 01 (um) jogo de chave pito de 10" a 27" com catraca;
  - 01 (um) jogo de chaves de fenda curta, pequena, média e grande;
  - 01 (um) jogo de chaves Philips, curta, pequena, média e grande; 01 (um) alicate de universal;
  - 01 (um) alicate de pressão;
  - 01 (um) alicate de corte;
  - 01 (um) jogo de chaves allen de 06" a 14".
  - As ferramentas poderão ser adaptadas para melhor utilização no veículo;
- Escada será do tipo Multifuncional 4x3 em Alumínio, resistente e suportar até 150 kg; catracas de excelente qualidade, com travamento automático na extensão; sapatas 100% de borracha; totalmente dobrável e articulável; 4 partes de 3 degraus cada uma e alcançar a altura mínima de 3,00m quando totalmente estendido; os degraus serão revestidos em material antiderrapante;
- Serão fornecidos todos os projetos definitivos para a contratante junto com a entrega da Unidade.
- Na entrega técnica da Unidade Móvel será apresentado o Manual de Operação e Manutenção, ilustrado com fotos, tipo de materiais aplicados, plano de manutenção preventiva tanto da infraestrutura quanto dos equipamentos e aparelhos, garantias, inclusive os procedimentos a serem seguidos nas operações de uso diário. Este manual será entregue à contratante em arquivo digital e impresso. O Manual terá informações completas dos materiais e equipamentos aplicados na execução da Unidade, bem como, sua aplicação e local, dimensões, cores, fabricantes, modelos, padrão de acabamento, observações de uso etc.
- O memorial descritivo conterá os seguintes itens:
  - objeto com descrição sumária;
  - especificações técnicas; normatização;
  - métodos executivos;
  - materiais empregados;
  - aplicações dos materiais e cuidados especiais;
  - descrição de acabamento;
  - manuseio e armazenagem dos materiais;
  - eventuais ensaios necessários;
  - cuidados com manutenção.

- **Normas aplicadas:**

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

60 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



- Os produtos serão fabricados em conformidade com as seguintes normas:
  - ASTM: American Society for Testing and Materials
  - ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas
  - CONTRAN: Conselho Nacional de Trânsito;
  - CNT: Confederação Nacional do Transporte
- **Sobre as Normas de trânsito:**
  - O projeto, desenhos, fabricação, preço e prazo devem ser definidos para produtos que cumprem as resoluções do Conselho Nacional de Trânsito brasileiro – CONTRAN, em especial as resoluções 291 e 292, com obtenção das licenças e autorizações prévias exigidas pelo órgão competente de forma a eliminar eventual barreira ao registro e licenciamento do veículo, no Brasil, inclusive arcando com as taxas porventura cobradas.
- **A Qualificação Técnica seguirá os Pré-requisitos e deverá:**
  - Apresentar comprovação de aptidão para o desempenho de atividade similar e/ou compatível com o objeto da licitação; e que possam comprovar experiência anterior de fabricação de baús sobre chassi carroceria fechada e/ou semirreboques ou do tipo especial/trailer adaptados como unidades móveis através da apresentação de um ou mais atestados de capacitação técnica, emitido por empresas de direito público ou privado, confirmando o fornecimento, fabricação, execução dos serviços de instalação de equipamentos, de produtos com as características e necessidades do escopo, atendendo os recursos tecnológicos solicitados neste Termo de Referência.
  - O atestado deverá ser datado e assinado e deverá conter informações que permitam a identificação correta do contratante e do prestador de serviço, tais como:
    - Nome, CNPJ e endereço da empresa que forneceu o bem ao emitente;
    - Nome, cargo ou função do signatário emitente do atestado;
  - O atestado de capacidade técnica deverá estar averbado pelo CREA, comprovar que a empresa licitante possui CAT – Certidão de Acervo Técnico emitido pelo CREA, comprovando a fabricação e montagem de semirreboque adaptado como unidade móvel, vistoriado e acervado pelos responsáveis técnicos engenheiro mecânico e engenheiro eletricitista. Entende-se por fornecimento de bens compatíveis com o objeto da licitação aqueles relacionados a fabricação de semirreboques com carroceria do tipo especial / trailer adaptados como unidades móveis e porta para acesso à PcD (Pessoas com Deficiência).
  - Comprovar que a empresa licitante possui registro no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.
  - Comprovar que a empresa licitante possui engenheiro mecânico e engenheiro eletricitista responsável com registro no CREA; comprovar vínculo da licitante com os engenheiros responsáveis, a comprovação deverá ser feita por meio de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) devidamente assinada ou cópia do contrato social que comprove a participação do profissional na sociedade ou ainda a apresentação

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

61 de 82





**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



de cópia de contrato de trabalho vigente, assinado pelo (os) sócio (os) proprietário (os) e que os mesmos sejam os responsáveis técnicos mencionados no acervo técnico emitido pelo CREA apresentado pela licitante;

- Apresentar Certidão de registro da Licitante e de seu Responsável Técnico (Arquiteto responsável pelo desenvolvimento dos ambientes internos da Unidade – Layout interno) no CAU – Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo; Comprovação do vínculo do Responsável Técnico da empresa Licitante por meio do registro em carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviço.
- Comprovar que a empresa licitante possui CAT– Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito emitido pelo DENATRAN, acompanhado do CCT– Certificado de Capacitação Técnica emitido pelo INMETRO, comprovando ser o licitante fabricante de baús do tipo carroceria fechada. O CCT– Certificado de Capacitação Técnica, deverá estar dentro do prazo de validade;
- Apresentar Certificado de Regularidade – CR – emitido pelo IBAMA – Ministério do Meio Ambiente, que comprove que a licitante está em conformidade com as obrigações cadastrais referente às atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, conforme está previsto na Instrução Normativa nº 6, de 2013. do Ibama, conforme está previsto na Instrução Normativa nº 6, de 2013, e Art. 67 da Lei nº 14.133/2021
- Apresentação do Alvará ou Licença de funcionamento, em nome da empresa licitante, juntamente com Alvará de Vitoria do Corpo de Bombeiro;
- Deve cumprir todas as Resoluções do Conselho Nacional – CONTRAN, especialmente as Resoluções 291 e 292, obtendo todas as licenças e autorizações prévias exigidas pelo órgão competente de forma a eliminar qualquer óbice ao registro e licenciamento do veículo, inclusive arcando com as taxas porventura cobradas.
- **Desenhos de Execução e Memoriais Descritivos:**
  - Deverão ser apresentados desenhos em duas vistas da unidade móvel e de execução para a base rodante (Caminhão) e Baú/furgão, em cópias tipo "ozalite", "heliográfica" ou "sulfite"; e imagens internas e externas em 3D, fiel ao projeto original e demais informações que possibilitem a análise por parte da comissão técnica do produto ofertado;
  - Deverá ser apresentado previamente um Cronograma para etapas do projeto de adaptação e personalização do caminhão, incluindo-se no mesmo: execução, fiscalização, testes, transporte e entrega.
  - Deverão ser apresentados agenda de Treinamento Técnico: A empresa fornecedora deverá oferecer treinamento técnico e operacional da unidade móvel para equipe responsável pela operação da unidade móvel para a operação dos sistemas de controle de fechamento e abertura de portas.
  - Dever ser realizada prévia reunião entre a comissão indicada pela Contratante e a Contratada, para apreciação, análise e aprovação dos itens 61.1; 61.2; 61.3; e demais questões relevantes para início da execução do objeto deste Termo.

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

62 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



**k. GERENCIAMENTO DO PROJETO**

- a. A CONTRATADA deverá definir uma estratégia de implementação da plataforma de gestão integrada, para suportar o processo de transformação da CONTRATANTE, por meio de Disponibilidade de informações estruturadas; Melhor gestão das informações; Aumentar o foco em ações de prevenção e monitoramento; Modelo de atuação que trate da dimensão de papéis e responsabilidades integrados com o modelo organizacional vigente e que otimize a integração das ações entre os diversos órgãos envolvidos; Identificação das habilidades necessárias; Aumento da colaboração entre as partes. Para o desenho e implementação da plataforma integrada, deve ser aplicada uma metodologia estabelecida e comprovada, que contemple, no mínimo, as seguintes etapas: Planejamento, Macro Design, Micro Design, Construção, Testes Unitários e Testes Integrados, Estratégia de roll out e Treinamento.
- i. Produtos gerados pela etapa de Planejamento devem incluir Plano detalhado de trabalho para todas as fases do projeto com apresentação de projeto de layout para aprovação da Contratante; Mapa dos participantes (stakeholders) do projeto; Agenda de reuniões; Apresentação de kick-off. A etapa de Macro Design deve identificar as definições de como o escopo funcional será implementado. Os produtos gerados pela etapa de Macro Design devem incluir: Documentação detalhada de, no mínimo, dois procedimentos operacionais padronizados;
  - ii. Detalhamento dos tipos de incidentes e regras para classificação; Lista de relatórios a serem criados para visualização; Detalhamento das interfaces de integração com bases de dados e sistemas externos. A etapa de Micro Design deve detalhar o escopo técnico e especificar tecnicamente os requisitos identificados no Macro Design. Os produtos gerados pela etapa de Micro Design devem incluir: Especificação técnica da solução; Interfaces e diagramas de integração;
- b. Lista de requisitos não funcionais.
- i. A etapa de Construção – planejamento e implementação – deve fornecer um plano detalhado de atividades, responsáveis e dependências para a implementação da solução definida nas fases de Macro e Micro Design. A etapa de Testes e Validação deve incluir o desenvolvimento do plano e execução de testes unitários e integrados, para garantir o correto funcionamento de todas as funções do sistema de acordo com a solução definidos nas fases de Macro e Micro Design. A etapa de Homologação tem por objetivo garantir que todas as funcionalidades da solução estão funcionando conforme definidos nas fases de Macro e Micro Design, atendendo inclusive a requisitos não funcionais e aspectos de performance, usabilidade, segurança e confiabilidade. Para a etapa de Homologação, a CONTRATADA

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

63 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



deverá elaborar: O Planejamento de atividades, prazos e recursos para a homologação; A carga e criação de massa de dados necessários aos testes; A elaboração dos roteiros de testes para apoio às atividades de homologação, devidamente validados pela CONTRATANTE; Controle e elaboração de relatório de qualidade dos resultados da homologação

- ii. A etapa de Treinamento Técnico deve preparar a equipe de TI, definida pela CONTRATANTE, para administrar o ambiente de TI da solução e deve contemplar: Todos os softwares que compõem a solução, quanto aos fundamentos técnicos e funcionais e às configurações dos componentes; Identificação e recuperação de falhas, consultas e entendimento de registros de logs; Fundamentos de administração do banco de dados quando houver; A explanação do roteiro detalhado de instalação do ambiente;
  - iii. A CONTRATADA deverá fornecer todos os manuais técnicos dos produtos para a administração da solução.
  - iv. A CONTRATADA deverá fornecer manuais de usuário dos módulos em meio digital, em formato PDF. O projeto de implementação deverá ser acompanhado por uma equipe de Gestão do Projeto que será responsável pela implementação do projeto considerando temas de planejamento, escopo, prazo, qualidade e orçamento.
- C. A equipe de Gestão do Projeto deve ser responsável por:
- i. Elaboração e fornecimento de plano integrado de projeto; Identificação e consolidação dos principais produtos a serem entregues e interdependências do projeto; Identificação, avaliação e endereçamento dos riscos potenciais do projeto; Definição de modelos de relatórios e indicadores que serão utilizados para o acompanhamento do projeto; Avaliação de impactos de solicitação de mudança no plano do projeto; Acompanhamento do andamento do projeto como um todo, avaliando o progresso e emitindo os relatórios de acompanhamento com base nos indicadores acordados; Fornecimento de status e alertas à gerência do projeto. A frente de Gestão do Projeto deverá atuar durante toda a fase de implantação do Projeto.
  - ii. O serviço de parametrização da solução deverá ser fornecido pela CONTRATADA de forma a atender aos requisitos funcionais. O serviço de parametrização deverá incluir as atividades de configuração inicial para operação. Deverá executar cadastramento de usuários e perfis, cadastramento de grupos de usuários e cadastramento de grupos receptores de notificações e alertas. Deverá executar criação de mensagens padronizadas e configuração de envio de notificações e escalonamento dependendo dos níveis de usuário. Deverá gerar relatórios operacionais e executivos padronizados de forma a consolidar os diversos dados de gestão de

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

64 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



incidentes de segurança. Deverá executar ajustes na interface com o usuário para atender requisitos de usabilidade, conforme definição das fases de Macro e Micro Design.

**JORGE LUIZ ALMEIDA DO NASCIMENTO**  
Matrícula 5692539  
Diretor  
**DIDEM - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO "ENÉAS MARTINS"**



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
SETOR DE LICITAÇÃO



ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. XXXXX/2025  
PROCESSO Nº. 2024/670815

À  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ  
Referência : PREGÃO ELETRÔNICO Nº. XXXXX/2026 -PC/PA  
Nesta

1 - DADOS DA EMPRESA			
Razão Social:	1.4. Telefone:	Email:	
Endereço:	1.5: CEP:	Cidade:	UF:
CNPJ/MF nº.	1.6: Banco:	Agência:	C/C
2 - REPRESENTANTE LEGAL			
2.1:Nome:	2.5: Carteira de Identidade:	Emissor:	
2.2: Endereço	2.6: CPF:		
2.3: CEP	Cidade:	UF:	2.7: Naturalidad
			Estado:

Item	Descrição do Equipamento	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
01	Veículo tipo Caminhão com baú modificado com avanço lateral direito, mobiliário e equipamentos (Unidade Móvel Atendimento) visando atender as demandas da Diretoria de Identificação "Enéas Martins" - DIDEM/PC-PA, conforme condições e exigências constantes no Edital e seus Anexos	01	R\$	R\$
Valor por Total por Extenso				
Marca				
Modelo				
Tipo				
Validade da Proposta:				

Belém, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura do Representante Legal



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS



ANEXO IV

MINUTA

CONTRATO PCPA Nº XXX/2025

PAE nº 2024/670815

RESUMO

CONTRATANTE

Estado do Pará | POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ, inscrita no CNPJ/MF nº 00.368.105/0001-06.

CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX

OBJETO

**Aquisição de unidade móvel de atendimento**, montada em veículo automotor zero quilômetro, do tipo **caminhão baú**, composta por **chassi, implemento e equipamentos** (infraestrutura móvel com avanço lateral), incluindo o **fornecimento e a instalação** de todos os seus equipamentos e acessórios, bem como a respectiva **garantia**.

LOCAL DE ENTREGA DO BEM

O objeto adquirido deverá ser entregue nas instalações da **Delegacia-Geral de Polícia Civil do Estado do Pará**, localizada na Avenida Governador Magalhães Barata, nº 209, Bloco "C", Bairro Nazaré, Belém/PA, CEP 66040-170, **dentro do horário de expediente**, compreendido entre **09h00 e 17h00**.

VALOR TOTAL

R\$ XXXXXXXX. (XXXXXXXXXXXXXX).

REAJUSTE

O contrato não prevê reajuste durante sua vigência inicial, admitindo-se sua aplicação apenas se houver prorrogação por culpa da Contratante, mediante uso do IPCA e apenas para obrigações iniciadas após a anualidade, formalizando-se o reajuste por apostilamento.

PAGAMENTO

*Forma* Ordem bancária.

*Prazo* 30 (trinta) dias.

FISCALIZAÇÃO

O fiscal do contrato é o servidor **JORGE LUIZ ALMEIDA DO NASCIMENTO**, CPF nº 175.291.232-20, matrícula nº 5692539, lotado na Diretoria de Identificação Enéas Martins.



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**



**SETOR DE LICITAÇÃO**  
**VIGÊNCIA**

**Prazo** 12 (doze) meses.

**Início** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

**CLÁUSULA 1**

**Partes**

**1.1. Este contrato tem como PARTES:**

**CONTRATANTE**

**ESTADO DO PARÁ**, por intermédio da **POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**, inscrita no CNPJ/MF nº 00.368.105/0001-06, com sede na Av. Magalhães Barata nº 209, Bairro: Nazaré, Belém/Pa, neste ato representado pelo Delegado-geral e Ordenador, Sr. **RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JUNIOR**, CPF/MF nº 294.001.712 - 34, nomeado pelo Decreto, de 1 de Abril de 2025 (DOE nº 36.183 de 02 de Abril de 2025).

**CONTRATADA**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, estabelecida na XXXXXX, nº XXX, Bairro XXXXX, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATADO (A)**, neste ato representada por seu Diretor de Mercado **XXXXXXXXXX**, brasileiro, casado, portador do RG nº XXXXX SSP/PA e CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, residente na Cidade de XXX, Tel.: (XX)XXXXX-XXXX,. E-mail XXXXXXXXXXXX; XXXXXXXXXXXX.

**CLÁUSULA 2**

**Fundamento legal**

**2.1.** Este contrato decorre do PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2025 - PC/PA, referente ao Processo Eletrônico n.º 2024/670815, possuindo fundamentação nas disposições contidas na seguinte legislação: Lei Federal n.º 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), Lei Complementar Federal n.º 123/06 (Estatuto da micro empresa e empresa de pequeno porte) e sua alteração na Lei Complementar n.º 147/14; Decreto Estadual n.º 878/08 (Regulamenta o tratamento diferenciado e simplificado para microempresa empresa de pequeno porte no âmbito da Administração Pública Estadual); subsidiariamente a Lei n.º 8.078/90 (Dispõe sobre a proteção do consumidor); Lei n.º 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), aos quais CONTRATANTE e CONTRATADA estão sujeitas;

**CLÁUSULA 3**

**Objeto**

**3.1.** O objeto é a aquisição unidade móvel de atendimento, montada em veículo automotor zero quilômetro do tipo caminhão baú (chassi, implemento e equipamentos – infraestrutura móvel com avanço lateral), incluindo o fornecimento e instalação de seus equipamentos e acessórios, incluindo garantia.

**3.2.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

**3.2.1.** O Termo de Referência;

**3.2.2.** O Edital da Licitação;

**3.2.3.** A Proposta da Contratada;

**3.2.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

68 de 82





**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



#### **CLÁUSULA 4**

##### **Vigência e Prorrogação**

**4.1.** O presente contrato terá seu prazo de vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de assinatura do contrato, na forma disposta no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021;

**4.2.** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133, de 2021;

#### **CLÁUSULA 5**

##### **Preço e Descrição**

**5.1.** O valor global do presente contrato é de **R\$ xxxxx (xxxxx)**, no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA.

**5.2.** Descrição do objeto conforme especificações abaixo:

Item	Descrição	Und	Quant.	Valor R\$
1	<b>Aquisição de 01 (uma) Unidade Móvel de Atendimento</b> , montada em veículo automotor zero quilômetro, tipo <b>caminhão baú</b> , composta por <b>chassi, implemento e equipamentos</b> , abrangendo <b>infraestrutura móvel com avanço lateral, incluindo o fornecimento e a instalação</b> de todos os seus equipamentos, acessórios e <b>garantia</b> .	Und	01	
<b>VALOR GLOBAL</b>				

**5.3** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA 6**

##### **Entrega, Local, Prazo e Condições para Recebimento do bem**

**6.1.** O objeto deverá ser entregue acompanhado da respectiva Nota Fiscal, contendo nome e identificação clara da licitante, bem como o endereço de entrega, **devendo a entrega ocorrer no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do recebimento da nota de empenho** pela empresa vencedora.

**6.2.** O responsável pelo recebimento do bem será a **Diretoria de Identificação “Enéas Martins” – DIDEM** da Polícia Civil do Estado do Pará.

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

69 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



**6.3.** O licitante vencedor compromete-se a entregar o veículo no seguinte endereço: Delegacia-Geral de Polícia Civil do Estado do Pará, Avenida Governador Magalhães Barata, nº 209, Bloco C, Bairro Nazaré, Belém/PA, CEP 66040-170.

**6.4.** O veículo deverá ser **novo (0 km)**, devidamente **emplacado**, devendo ser entregue **sem ônus de frete** para a Polícia Civil do Estado do Pará e acompanhado da correspondente nota fiscal.

**6.5.** A empresa vencedora deverá entregar o veículo em **perfeitas condições de uso e funcionamento**, conforme proposta apresentada, especificações técnicas e níveis mínimos de desempenho exigidos, dentro do horário de expediente da Polícia Civil do Estado do Pará.

**6.6.** A Polícia Civil do Estado do Pará realizará **vistoria técnica** no veículo, com a finalidade de verificar a conformidade do produto com as exigências do edital.

**6.7.** O recebimento provisório ocorrerá em até **48 (quarenta e oito) horas** após a realização da vistoria técnica, mediante emissão do **Termo de Recebimento Provisório**.

**6.8.** O recebimento definitivo ocorrerá em até **5 (cinco) dias** contados do recebimento provisório, após verificação da qualidade, quantidade e especificações do veículo e sua consequente aceitação, mediante emissão do **Termo de Recebimento Definitivo**.

**6.9.** O prazo de entrega do objeto observará os seguintes critérios:

**6.9.1. Da Contratada:**

**a)** Prazo máximo para entrega do objeto: **120 (cento e vinte) dias**, contados a partir da emissão da Nota de Empenho, podendo ser prorrogado mediante justificativa, a qual será analisada pelo órgão demandante.

**b)** Prazo para reapresentação do objeto recusado: **até 60 (sessenta) dias**, contados da data de retirada do objeto rejeitado.

**c)** Prazo para retirada do objeto recusado: **até 10 (dez) dias**, contados após a comunicação da Contratante.

**d)** O recebimento provisório ou definitivo do objeto **não exclui a responsabilidade da Contratada** pelos prejuízos decorrentes da incorreta execução do contrato.

**6.9.2. Da Contratante:**

**a)** Prazo para análise de conformidade e emissão do **Termo de Recebimento e Exame de Material (TREM)**: **até 07 (sete) dias úteis** após o recebimento do objeto.

**b)** Prazo para comunicação do TREM à Contratada: **até 07 (sete) dias úteis** após a expedição do relatório técnico.

**c)** Prazo para solicitação de reapresentação do objeto em desconformidade: **até 05 (cinco) dias úteis** após o recebimento do relatório técnico.

**d)** Prazo para emissão do termo de aceitação: **até 07 (sete) dias úteis** após a verificação de que o objeto se encontra em perfeitas condições de funcionamento e uso.

**e)** O bem poderá ser rejeitado, total ou parcialmente, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de **60 (sessenta) dias**, contados da notificação da Contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

70 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



**6.10. Local da Entrega**

**6.10.1.** A Contratada entregará o objeto em **parcela única**, observando rigorosamente o prazo de entrega definido neste instrumento.

**6.10.2.** O objeto deverá ser entregue nas instalações da **Delegacia Geral de Polícia Civil do Estado do Pará**, situada na Avenida Governador Magalhães Barata, nº 209, Bloco C, Bairro Nazaré, Belém/PA, CEP 66040-170.

**6.10.3.** A entrega deverá ocorrer **dentro do horário de expediente**, compreendido entre **09h00 e 17h00**.

**CLÁUSULA 7**

**Pagamento**

**7.1.** O pagamento será efetuado à Contratada por meio de ordem bancária em até 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura do produto, devidamente atestada pelo fiscal do Contrato ou pela Comissão de Recebimento, juntamente as certidões de regularidade fiscal Municipal, Estadual e Federal;

**7.2.** O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da CONTRATADA, cujos dados são:

<b>Banco</b>	Banpará/diversos.
<b>Agência</b>	Conforme fatura.
<b>Conta</b>	Conforme fatura.

**7.3.** Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal os seguintes documentos, se exigidos pela CONTRATANTE:

- a) Certidão Negativa de Débito do INSS, devidamente atualizada;
- b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- c) Certidão Conjunta de Regularidade com a Fazenda Federal (Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União da Fazenda Federal), Estadual e Municipal.

**7.4.** A não apresentação da Certidão Negativa de Débito do INSS, bem como do Certificado de Regularidade do FGTS e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos tributos Federais, Estaduais e Municipais ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis;

**7.5.** Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;

**7.6.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização de regularidade fiscal quanto à inadimplência da

**7.7.** Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

71 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



- 7.8.** Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa e o contraditório;
- 7.9.** Concomitante à notificação à Contratada, para que realize a regularização, a CONTRATANTE oficiará a ocorrência ao INSS, no caso da CND, à Caixa Econômica Federal, no caso do CRF, e a Receita Federal, no caso de CND relativa aos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- 7.10.** Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante;
- 7.11.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação;
- 7.12.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no art. 31 da Lei 8.212, de 1993, quando couber;
- 7.13.** Caso o objeto deste Contrato seja recusado e/ou o documento fiscal apresente alguma incorreção, será considerado como não entregue e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização, observado os prazos dispostos neste Contrato;
- 7.14.** Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de Carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação;
- 7.15.** Correrão por conta da CONTRATADA o ônus do prazo de compensação e todas as despesas bancárias decorrentes da transferência de crédito;
- 7.16.** A CONTRATANTE efetuará as retenções dos tributos incidentes no faturamento, de acordo com a legislação vigente. O CNPJ, que deverá constar nas Notas Fiscais, deverá ser o mesmo CNPJ que a Contratada utilizou neste Contrato;
- 7.17.** A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero;
- 7.18.** Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas;
- 7.19.** A qualquer tempo o órgão Contratante poderá solicitar a apresentação do CRF relativo ao FGTS, bem como, todos os demais documentos constantes da fase de habilitação.
- 7.20.** No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a(s) empresa(s) vencedora(s) não tenha(m) concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo órgão solicitante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

72 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

**7.21.** Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Contratante, em favor do fornecedor. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

#### **CLÁUSULA 8**

Dotação orçamentária

**8.1.** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado do Pará, para o exercício de **2025**, na classificação abaixo:

<b>Gestão/Unidade</b>	40101.
<b>Fonte</b>	01500000001.
<b>Programa de Trabalho</b>	06.422.1500.8212.
<b>Elemento de Despesa</b>	449052.
<b>Plano Interno</b>	24DF2263005.

#### **CLÁUSULA 09**

Reajuste

**9.1.** Não haverá reajuste dos preços propostos durante a vigência contratual, em razão da natureza de aquisição do objeto.

**9.2.** Nos casos previstos no art. 111 da Lei nº 14.133/2021, havendo prorrogação da vigência contratual — exclusivamente quando o objeto deixar de ser entregue durante a vigência inicial de 12 (doze) meses por culpa da Contratante — a Contratada fará jus ao reajuste do preço do bem, mediante aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), restringindo-se tal reajuste às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**9.3.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajuste, o Contratante efetuará o pagamento à Contratada com base na última variação conhecida, procedendo-se ao acerto das diferenças tão logo sejam divulgados os índices definitivos.

**9.4.** Nas aferições finais, será(ão) obrigatoriamente utilizado(s) o(s) índice(s) definitivo(s) divulgados pelos órgãos oficiais competentes.

**9.5.** Se o(s) índice(s) definido(s) para reajuste for(em) extinto(s) ou, por qualquer motivo, deixar(em) de ser aplicável(is), será(ão) automaticamente substituído(s) pelo(s) índice(s) que vier(em) a ser estabelecido(s) pela legislação vigente à época.

**9.6.** Na hipótese de inexistência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajuste do valor remanescente, mediante celebração de termo aditivo.

**9.7.** O reajuste será formalizado por meio de apostilamento.

#### **CLÁUSULA 10**

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

73 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Da garantia contratual

**10.1.** A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor inicial do contrato.

**10.2.** O CONTRATADO apresentará, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período a critério da Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação da garantia, nos moldes do item 10.1.

**10.3.** Caberá ao CONTRATADO optar por uma das modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

**10.4.** Na modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante toda a vigência do contrato e por mais **90 (noventa) dias** após o término deste prazo, permanecendo em vigor mesmo que a CONTRATADA deixe de efetuar o pagamento do prêmio nas datas convencionadas.

**10.5.** A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as alterações referentes à vigência do contrato principal, mediante emissão do respectivo endosso pela seguradora.

**10.6.** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e não ocorra qualquer período de descontinuidade de cobertura, ressalvado o disposto no item 9.9 deste contrato.

**10.7.** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem da Administração ou por inadimplemento desta, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou endossar a apólice até a determinação de reinício da execução ou até o adimplemento pela Administração.

**10.8.** A garantia deverá assegurar, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

**a)** prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;

**b)** multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;

**c)** obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, bem como para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

**10.9.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.8 deste contrato, observada a legislação vigente aplicável.

**10.10.** No caso de alteração do valor do contrato ou de prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação inicial.

**10.11.** Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a proceder à respectiva recomposição no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da notificação pelo CONTRATANTE.

**10.12.** O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação aplicável.

**10.12.1.** O emitente da garantia apresentada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

**10.12.2.** Na modalidade seguro-garantia, caso ocorra sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão se dar fora da vigência, sem que isso constitua motivo para negativa de cobertura, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicáveis ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular SUSEP nº 662, de 11 de abril de 2022.

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

74 de 82





**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



**10.13.** A garantia extinguir-se-á com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

**10.14.** A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou em caso de sua extinção por culpa exclusiva da Administração.

**10.15.** O garantidor não é parte legítima para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

**10.16.** A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste contrato.

#### **CLÁUSULA 11**

---

Da garantia do bem e da assistência técnica

**11.1.** A Contratada deverá prestar garantia do bem indicado no item 1, por, no mínimo, **12 (doze) meses**, a partir do seu recebimento pela Contratante, observadas as seguintes condições:

- a)** garantia mínima de **01 (um) ano** para motor e câmbio, a ser fornecida pelo fabricante;
- b)** garantia mínima de **02 (dois) anos** para o baú e adaptações;
- c)** garantia mínima de **01 (um) ano** para os sistemas elétricos, hidráulicos, de climatização, luminotécnicos e lógicos, bem como para o projeto “as built”;
- d)** garantia mínima de **05 (cinco) anos** para os LEDs, devendo o fornecedor assegurar o fornecimento das peças de reposição.

**11.2.** A Contratada prestará assistência técnica referente ao bem indicado no item 1, por **12 (doze) meses**, a partir do seu recebimento pela Contratante, utilizando meios próprios e **sem qualquer custo para a Administração Pública**.

**11.3.** A Contratada deverá disponibilizar todas as peças de reposição, originais ou genuínas, necessárias à manutenção do veículo **sem custo para a Administração Pública**.

**11.4.** A Contratada arcará com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes das obrigações assumidas, incluindo deslocamento de técnicos, socorro mecânico e reboque, enquanto perdurar a vigência da garantia ofertada, conforme previsto no manual de garantia do fabricante.

**11.5.** A Contratada deverá dispor de assistência técnica no município do Contratante. Caso não exista assistência técnica local, será de responsabilidade da Contratada custear o deslocamento dos técnicos até o bem, no prazo máximo de **72 (setenta e duas) horas**, e/ou o transporte do bem para reparação ou manutenção.

**11.6.** Constatado vício ou defeito, o reparo deverá ser realizado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, na forma do art. 18 do Código de Defesa do Consumidor.

#### **CLÁUSULA 12**

---

Obrigações das partes

**12.1** O CONTRATANTE tem a obrigação de:

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

75 de 82





**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



- 12.1.1.** Providenciar a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Estado;
- 12.1.2.** Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços constantes no objeto do Contrato;
- 12.1.3.** Promover o recebimento do objeto licitado, rejeitando o que estiver em desacordo com o exigido no Termo de Referência do Edital do **Pregão Eletrônico nº xxxxx/2025 – PC/PA**;
- 12.1.4.** Efetuar o pagamento do preço ajustado na forma, prazos e condições previstas neste instrumento contratual;
- 12.1.5.** Designar servidor(es) para acompanhar a execução do Contrato;
- 12.1.6.** Comunicar a Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do presente instrumento contratual;
- 12.1.7.** Exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da Contratada que não mereça a sua confiança ou embarace a fiscalização ou ainda que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;
- 12.1.8.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Contrato e demais instrumentos que expressamente se vinculam;
- 12.1.9.** Notificar a Contratada, por escrito, sobre vício, defeitos ou incorreções verificadas na execução do objeto contratual, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 12.1.10.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme dispõe o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 12.1.11.** Aplicar a Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 12.1.12.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 12.1.13.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 12.1.14.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 12.2.** A CONTRATADA tem a obrigação de:
- 12.2.1.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal contendo marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia ou validade, manual do usuário em português e relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível.
- 12.2.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, nos termos dos arts. 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
- 12.2.3.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto que apresentar avarias ou defeitos.

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

76 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



**12.2.4.** Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da data prevista para entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo, com a devida comprovação.

**12.2.5.** Indicar preposto para representá-la durante a execução contratual e manter comunicação permanente com o representante da Administração.

**12.2.6.** Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**12.2.7.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do contrato.

**12.2.8.** Arcar com eventuais equívocos no dimensionamento dos quantitativos da proposta, devendo complementá-los quando insuficientes, exceto quando houver:

- a) alteração qualitativa do projeto pela Administração;
- b) retardamento na ordem de execução, interrupção ou redução do ritmo por ordem da Administração;
- c) aumento das quantidades dentro dos limites legais da Lei nº 14.133/2021.

**12.2.9.** Adotar práticas de sustentabilidade, quando aplicável, incluindo:

- a) utilização de veículos, equipamentos e acessórios de menor impacto ambiental;
- b) observância de requisitos ambientais do INMETRO;
- c) uso de equipamentos de maior eficiência no consumo de água e energia;
- d) respeito aos limites do PROCONVE P8, CONTRAN, ABNT e normas homologadas pelo IBAMA;
- e) garantia de ausência de substâncias proibidas pela diretiva RoHS.

**12.2.10.** Arcar com todos os custos relativos ao emplacamento, placas, licenciamento e documentação das unidades, incluindo trâmites de homologação.

**12.2.11.** Entregar as unidades veiculares devidamente emplacadas e licenciadas em nome do órgão adquirente, com placas fixadas e taxas quitadas.

**12.2.12.** Entregar CRLV, DUT e demais documentos obrigatórios para utilização legal do objeto.

**12.2.13.** Entregar a Unidade Móvel completa, conforme exigências do Termo de Referência e Anexo A, plenamente funcional, licenciada no Estado do Pará, com tanque cheio e grafismo aprovado pela PCPA.

**12.2.14.** Apresentar Certificado de Segurança Veicular (CSV), conforme Resolução CONTRAN nº 292/2008.

**12.2.15.** Assegurar que as modificações respeitem pesos e capacidades previstos pelo fabricante e normas da Resolução CONTRAN nº 210/2006 ou sucessoras.

**12.2.16.** Garantir que não existam equipamentos, acessórios ou objetos soltos dentro da unidade que representem risco aos ocupantes.

**12.2.17.** Não veicular publicidade sobre o fornecimento ou serviços ao Contratante sem autorização prévia e expressa.

**12.2.18.** Garantir que a unidade e os equipamentos estejam conforme as especificações técnicas, recuperando ou substituindo itens com defeito de fabricação, vício oculto ou insuficiência de desempenho.

**12.2.19.** Fornecer apenas bens novos, de primeiro uso, não reformados, reconicionados ou remanufaturados, fabricados conforme normas técnicas e legislação vigente.

**12.2.20.** Conceder garantia técnica mínima de 12 meses, contados do Termo de Recebimento Definitivo, prestada no Brasil por fabricante ou rede autorizada.

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

77 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



**12.2.21.** Comprovar a existência de concessionárias e oficinas autorizadas no Estado do Pará aptas a prestar manutenção e garantia.

**12.2.22.** Prestar assistência técnica presencial em Belém/PA ou em qualquer município do Estado do Pará, quando necessário.

**12.2.23.** Realizar conserto ou substituição gratuita de peças defeituosas, observando garantias mínimas de:

- i) motor e câmbio – 1 ano;
- ii) baú e adaptações – 2 anos;
- iii) sistemas elétricos, hidráulicos, climatização, luminotécnica, lógica e projeto “as built” – 1 ano;
- iv) LEDs – 5 anos (com peças de reposição garantidas).

**12.2.24.** Executar, sem ônus para a Administração, todos os serviços decorrentes da garantia técnica, incluindo transporte do bem quando necessário.

**12.2.25.** Cumprir as normas técnicas e manuais dos fabricantes durante o período de garantia.

**12.2.26.** Incluir na proposta comercial todos os custos da assistência técnica durante a garantia, executada por empresas autorizadas.

**12.2.27.** Realizar reparos no prazo máximo de 10 dias úteis após abertura do chamado, salvo justificativa técnica formal em caso de maior complexidade.

**12.2.28.** Substituir peças e equipamentos exclusivamente por itens novos, originais, genuínos e homologados pelo fabricante.

**12.2.29.** Oferecer treinamento técnico e operacional aos servidores que operarão a unidade móvel, incluindo:

- i) equipe indicada pela Contratante;
- ii) mínimo de 8 participantes;
- iii) carga horária mínima de 18 horas;
- iv) conteúdos sobre instalação, configuração e manutenção básica.

**12.2.30.** Indicar representante com nome, identidade, telefones e e-mail após a assinatura do contrato, responsável pelo suporte à Administração durante toda a vigência da garantia.

**12.2.31.** Adquirir todos os mobiliários e acessórios previstos no Anexo A.

**12.2.32.** Instalar os mobiliários e acessórios no implemento, bem como instalar o implemento no chassi conforme legislação aplicável.

**12.2.33.** Entregar o objeto, certificados de garantia e manuais em português (ou traduzidos), em mídia digital, no endereço da Delegacia-Geral da Polícia Civil do Estado do Pará, Av. Gov. Magalhães Barata, 209 – Nazaré – Belém/PA.

**12.2.34.** Assegurar garantia mínima de 12 meses para o veículo, com atendimento em rede autorizada nacionalmente.

**12.2.35.** Apresentar, após a Nota de Empenho, relação das concessionárias responsáveis pela assistência técnica em Belém/PA com razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail e responsável.

**12.2.36.** Entregar o veículo no prazo definido no Termo de Referência.

**12.2.37.** Manter todas as condições de garantia do veículo conforme prazos mínimos previstos.

**12.2.38.** Disponibilizar peças de reposição originais ou genuínas necessárias à manutenção do veículo.

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

78 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



**12.2.39.** Arcar com despesas decorrentes das obrigações assumidas, incluindo deslocamento de técnicos, socorro mecânico e reboque, durante a vigência da garantia.

**12.2.40.** Manter todas as condições de habilitação e qualificação durante a vigência do contrato.

**12.2.41.** Comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista no art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021.

**12.2.42.** Apresentar planilha de formação de preços completa, com valores unitários, descrição detalhada da solução e catálogos/folders, quando aplicável.

### **CLÁUSULA 13**

#### **Responsabilidade por danos**

**13.1** A responsabilidade pelos danos causados por ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente da CONTRATADA.

**13.2** A responsabilidade pelos compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros é exclusivamente sua.

**13.3.** O contratante não responderá pelos compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **CLÁUSULA 14**

#### **Infrações e sanções administrativas**

**14.1.** Constituem infrações administrativas da CONTRATADA a serem punidas com as seguintes sanções:

<b>Infração</b>	<b>Penalidade</b>
	<b>Advertência*</b>
Dar causa à inexecução parcial do contrato.	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de <i>"Impedimento de licitar e contratar"</i> .
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE/USUÁRIO ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	<b>Impedimento de licitar e contratar*</b>  * Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de <i>"Declaração de inidoneidade para licitar e contratar"</i> .
Dar causa à inexecução total do contrato.	
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.	
Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.	<b>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</b>
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar	

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

79 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.

Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.

Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

**14.2.** O atraso superior a **60 dias corridos** autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133/21.

**14.3.** A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

**14.4.** As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:

Multa	
<i>Moratória</i>	<i>Compensatória</i>
a. <b>2%</b> sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de <b>30 dias corridos</b> .	<b>10%</b> sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto.

**14.5.** Antes da aplicação das sanções, a CONTRATADA será notificado para apresentar defesa no prazo de **15 dias úteis**, contado de sua intimação.

**14.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido à CONTRATADA, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.

**14.7.** Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até **15 dias úteis**, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

**14.8.** A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando o *rito especial* previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**14.9.** A aplicação das sanções deve observar:

- A natureza e gravidade da infração.
- As peculiaridades do caso.
- As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
- Os danos causados ao CONTRATANTE.
- A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

80 de 82



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



**14.10.** As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.

**14.11.** A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**14.12.** No prazo de **15 dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, o CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**14.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA 15**

##### Alterações do contrato

**15.1.** As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

**15.2.** Caso haja interesse público, o CONTRATANTE poderá alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até **25%** do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.

**15.3.** AS PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.

**15.4.** Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.

**15.5.** Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por *simples apostila*, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA 16**

##### Extinção do contrato

**16.1.** Se a não execução do contrato decorrer de culpa da CONTRATADA, ele ficará constituído em mora, devendo ser instaurado procedimento de inexecução contratual para a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

**16.2.** Na hipótese do item 16.1, o CONTRATANTE poderá optar, ainda, pela extinção do contrato e adotar as medidas previstas em lei para a continuidade da execução do objeto.

#### **CLÁUSULA 17**

##### Fiscalização

**17.1.** O cumprimento do contrato será fiscalizado pelo servidor **JORGE LUIZ ALMEIDA DO NASCIMENTO**, CPF nº 175.291.232-20, matrícula nº 5692539, lotado na Diretoria de Identificação Enéas Martins, conforme ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

5. **17.2.** Serão registradas em relatório todas as ocorrências e as deficiências porventura existentes na execução do Contrato e encaminhadas cópias à CONTRATADA para avaliação e a

#### **DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

81 de 82





**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



correção que se constatar necessária das irregularidades apontadas.

**17.3.** A existência e a atuação da fiscalização pelo CONTRATANTE em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto contratado.

**CLÁUSULA 18**

Interpretação

**18.1.** As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/20 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

**CLÁUSULA 19**

Tratamento adequado dos conflitos de interesse

**19.1.** Observado o disposto na Cláusula 18, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa *preferencialmente* à CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121/19.

**CLÁUSULA 20**

Divulgação e publicação

**20.1.** O presente Contrato será publicado sob forma de extrato no Diário Oficial do Estado do Pará e Diário Oficial da União, no prazo máximo de **10 (dez)** dias contados da data de sua assinatura, de conformidade com o que dispõe o Art. 28, §5º, da Constituição Estadual;

**20.2.** Incumbirá a Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA 21**

Foro

**21.1.** É competente o Foro da Justiça Estadual, da Comarca de Belém, Estado do Pará, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Belém (PA), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

**RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JUNIOR**

Delegado-geral

**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**

**CONTRATANTE**

XXXXXXXXX

**CONTRATADA**

**DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ**

Av. Magalhães Barata, 209, bairro Nazaré – Belém/PA CEP. 66.040-903

(91) 98568-2314

pregaopcpa@gmail.com

AJLC

82 de 82